

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

9,8

DM

**Forças e Embates Políticos: Os Partidos e a Independência de
Timor Leste (1975)**

Laura Morais Sales de Lima

**NATAL/RN
2001.**

LAURA MORAIS SALES DE LIMA

**Forças e Embates Políticos na Última Colônia Portuguesa:
Os Partidos e a Independência de Timor Leste (1975)**

*Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, ministrada pela
Professora Denise Mattos Monteiro, do
Curso de História da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte, sob a orientação do
Professor Mestre Homero Costa.*

**NATAL/ RN
2001**

**Forças e Embates Políticos na Última Colônia Portuguesa:
Os Partidos e a Independência de Timor Leste (1975)**

Laura Morais Sales de Lima

Monografia apresentada ao Departamento de História da
UFRN, aprovada com nota _____, no dia _____ de Julho de 2001.

BANCA EXAMINADORA

Professor Mestre Homero de Oliveira Costa
(Orientador)

1º Avaliador

2º Avaliador

**Aos meus pais,
irmãos e à minha avó Beatriz
Sales de Lima, pelo seu amor
incondicional em todos os
momentos de minha vida**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, irmãos, tios, tias, primos, aos meus padrinhos e a minha avó Beatriz, a quem dedico esta monografia pelo seu afeto e credibilidade a tudo que tenho feito durante minha vida.

Aos amigos e não tão amigos que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para que me tornasse quem sou hoje. Dentre os primeiros, principalmente à minha amiga de longas datas, confusões, aperteiros, saudades e alegrias, Cely Freire (Cecé) e também aos meus queridos Abinoam Marques (o eterno Juninho), Sérgio Costa (Serginho) e Carlos Eduardo Freitas (Kadu).

Existem outras pessoas que foram muito importantes em momentos diversos, mesmo assim, por suas contribuições à minha vida acadêmica/universitária e pessoal, gostaria de agradecer a Sávio Diomedes, Gustavo Henrique (Rodolfinho), Gleydson (Garoto enxaqueca), Henrique (careca), Eduardo (Bolinha), Claudomiro Júnior, Rosélia Cristina, Josivan (Djou) e toda a turma que entrou em História em anos anteriores ao meu. Muito obrigada por terem me adotado desde aquele 17 de Março de 1997.

Aos que conversei muito e por demoradas manhãs e tardes no corredor do setor 2: Michelle Pascoal, Wagner Rodrigues e Fábio Leão, companheiros de chapa do CA. Aos professores do curso, Ferdinanda, Maria Emilia, Francisca Avrinete (Tia Auri), Clyde Smith e Coquinho (para quem serei eternamente Juvenal Antunes).

Gostaria de relembrar as melhores manhãs e noites do meu primeiro ano de faculdade, no "escritório" (cantina do setor de aulas), ouvindo Seu Bispo, me achando muito mais do que realmente era, quando, para mim, tudo na UFRN tinha um cheiro de novo, ao lado de meus amigos de turma e, principalmente, Carlos Rosemberg (Carlinhos), Bruno Cavalcanti (Brunão) e Hiran (IN MEMORIAN).. Lembrar também das horas debaixo do Flamboyant da escada (aquela, que vai dar em canto nenhum), também, por ter sido "a caloura que não era caloura" (agradeço a quem me chamou assim), por ter participado das "Quinta feliz" e das "Trilhas Potiguares" em 1997.

À todas as pessoas que não mencionei nominalmente aqui, mas que fizeram parte dos meus anos na faculdade, nos corredores, bancos ou sala de aula. Claro, não poderia deixar de mencionar a feliz criatura (seja qual for o seu nome) que colocou o setor de aulas do CCHLA naquela localização. Se, por alguma obra do acaso, minhas disciplinas houvessem sido onde fica o setor 1, com todas aquelas árvores, mesas e o local privilegiado, presenças a fio seriam passadas em outros lugares.

E, como não, agradecer a um companheiro diário, que estava sempre atrasado, cheio e devagar, mas que nunca me faltou nos dias que precisei: ao 66 velho de guerra, todos os seus motoristas e cobradores também.

Quero agradecer mais uma vez ao meu pai por ter insistido comigo para ir à palestra de Constâncio Pinto naquela noite fria de Fevereiro em Providence. Ao próprio Constâncio por ter nos dado o meu primeiro livro sobre Timor Leste e pelo seu espírito propagador da dor timorense.

Um abraço querido, amigo e de reconhecimento a todos vocês,

Laura Morais Sales de Lima.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABRI - *Angkatan Bersenjata Republik Indonesia* - Forças Armadas da República da Indonésia
- ADLITA - Associação Democrática para Integração Timor Leste/Austrália
- APODETI - Associação Popular Democrática Timorese
- ASDT - Associação Social Democrática Timorese
- ASEAN - Associação dos Países do Sudoeste Asiático
- BAKIN - *Badan Koordinasi Intelijens Nasional* - Corpo de Coordenação da Inteligência Nacional (Indonésia)
- COMECOM (CAME) - Conselho de Ajuda Mútua Econômica
- ESCAP - Comissão Social e Econômica para a Ásia e o Pacífico
- FALINTIL - Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste
- FRELIMO - Frente de Libertação Moçambicana
- FRETILIN - Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
- KOTA - *Kilbur Oan Timur Aswain* (Filhos dos Guerreiros das Montanhas)
- MFA - Movimento das Forças Armadas
- MORELTI - Movimento Revolucionário pela Libertação de Timor
- MPLA - Movimento Popular para Libertação de Angola
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
- UDT - União Democrática Timorese
- UNTAET - *United Nations Transitional Administration in East Timor* - Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste.
- URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** Região do Timor Leste
- Figura 2** Timor Leste, Indonésia e Malásia
- Figura 3** Mapa da ilha de Timor (Oeste e Leste)
- Figura 4** Mapa da Malásia
- Figura 5** Localização de Java Leste
- Figura 6** Localização das Celebes
- Figura 7** Representação Portuguesa da ilhas Molucas
- Figura 8** Representação portuguesa do Forte de Solor
- Figura 9** Bandeira da UDT
- Figura 10** Bandeira do FRETILIN

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	10
1 - PARA CONHECER O TIMOR LESTE.....	14
1.1 O Contexto Geográfico.....	14
1.2 Timor: O período anterior à chegada lusa.....	16
1.3 Europeus em Timor (da colonização à pacificação).....	20
1.3.1 Viagens itinerárias.....	20
1.3.2 Primeiras tentativas de colonização.....	23
1.3.3 A chegada dos “Novos Tempos”.....	27
1.4. A Ocupação Japonesa.....	31
1.5. Do Pós Guerra até 1975.....	33
2 - FORMAÇÃO PARTIDÁRIA.....	36
2.1 Os Antecedentes.....	36
2.2 UDT.....	41
2.3 ASDT/FRETILIN.....	42
2.4 APODETI e o interesse indonésio em Timor.....	47
2.5 Outros Partidos.....	53
3 - OS EMBATES POLÍTICOS ATÉ A INDEPENDÊNCIA.....	54
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
5 - FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	64
5.1 Fontes.....	64
5.2 Bibliografia.....	64

ANEXOS

RESUMO

Neste trabalho analisamos um período recente da atmosfera política de Timor Leste, considerando não apenas a conjuntura interna dos acontecimentos no seu território, mas também procurando identificar as causas externas mais importantes que afetaram direta ou indiretamente o rápido desenvolvimento político timorense que culminou com a declaração de sua independência.

Inicialmente fazemos um apanhado histórico e geográfico de Timor Leste, incluindo a importância de sua localização desde períodos pré-coloniais, a formação de seu povo, de sua diversidade étnica, cultural e de seu sistema político e econômico. A existência de uma rota comercial, ativa mesmo antes de períodos coloniais foi descrita e analisada em alguns pormenores. Em particular, a inserção da ilha nesta rede de interesse e sua importância para o desenvolvimento interno de uma sociedade cuja economia era exclusivamente baseada no sistema de trocas foi também considerada. Este período da formação histórica timorense parece ser fundamental para uma compreensão moderna do produto social resultante da convivência entre europeus e timorenses.

Em tempos recentes, nossa análise se concentra num período crucial, que embora historicamente curto, foi extremamente denso de acontecimentos políticos e sociais. Este período se inicia com a Revolução dos Cravos em Portugal (1974) e se encerra com a independência de Timor Leste em 1975. Uma especial atenção foi dedicada a interação política e ideológica na ilha, incluindo a formação partidária e os embates ocorridos entre os três principais agremiações políticas: APODETI, UDT e FRETILIN, os partidos que se mais destacaram no cenário em questão até a data da declaração da independência.

INTRODUÇÃO

Havia sido um dia como tantos outros aquele mas, a contar com o inverno da Nova Inglaterra - do frio que parece congelar qualquer via de acesso ao interior do organismo - das aulas infundáveis na Classical High School e, por fim, as horas de treino no fim da tarde, haviam se passado outras vinte e quatro horas enfadonhas de minha adolescência. Ao chegar em casa, meu pai aparecia com mais uma novidade, mais uma na infinidade de suas tentativas homéricas que revelavam seu bom (mas sempre desmerecido) esforço no intuito de me levar a lugares desconhecidos, interessantes, necessários (e todas aquelas coisas que sempre ele me falou mas que, à época, não faziam muito sentido) para um entendimento um pouco menos mesquinho do mundo.

Não seria realmente necessário todo o parágrafo acima não fosse a grandiosidade que aquela noite se revelaria para o que considero o meu mais interessante trabalho acadêmico no período de minha graduação. Finalmente, com algumas discussões - que não valem à pena serem lembradas - e uma pesada máscara de insatisfação que usei durante todo o caminho até aquele auditório da Brown University na Waterman Street, fomos assistir o tal seminário.

O palestrante, um homem de estatura pequena, chamado Constâncio Pinto, falava inglês pausadamente num característico sotaque português e, com toda a calma do mundo, convêrsou um pouco sobre os acontecimentos em uma pequena ex-colônia portuguesa localizada entre a Indonésia e a Austrália que já perduravam vinte anos - é, foi esta a primeira surpresa da noite: nunca, em momento algum de minha estupidez *teen*, poderia vislumbrar a mera possibilidade de outra colônia portuguesa mais distante do que Macau na China. Cada frase que Constâncio proferia soava muito mais como a narrativa de um pesadelo coletivo do que fatos reais propriamente ditos - mas por que um país do tamanho da Indonésia e outros, com a força dos Estados Unidos, Inglaterra, Austrália , permitiriam tamanha atrocidade por todos aqueles anos? Impossível crer nas imagens exibidas no vídeo "*Death of a Nation*"(Morte de um Nação). Como se só as palavras daquele

timorense que ali nos falava não já bastassem para deflagrar uma cadeia de sentimentos que passavam desde a comoção até a revolta.

Ao fim da noite, a platéia - que, ao todo deveria compreender umas 50 pessoas - rodeava Constâncio Pinto com perguntas das mais variadas possíveis. Era incrível como todo mundo estava abismado, não só com o que se passava em Timor, mas também devido a tardia compreensão das razões pelas quais ninguém ali havia tido ciência antes sobre Timor. Realmente, no fim, tudo estava ligado aos interesses internacionais de toda uma época.

Esperiei até que todo mundo conversasse com Constâncio e, finalmente, depois de algum tempo, tive a minha chance. Foi no seu português calmo e correto que ele me falou de seus parentes mortos, de sua fuga para Portugal, de sua filha e de outras pessoas que trabalhavam na resistência. De imediato, lembro que não assimilava o que falava ele, olhava para Constâncio e só conseguia imaginar todos os problemas que tinha passado aquela pessoa. Fiquei, por alguns minutos, pensando no quão diferentes eram as nossas vidas; da facilidade que sempre foi para mim viver e que, para ele, nascido poucos anos antes do Dezembro da anexação, viver e conviver com a realidade de seu país era uma missão de vida. Eu olhava Constâncio procurando entender todas aquelas coisas que tornavam qualquer um dos meus pseudo-sofrimentos diários um mar de rosas.

Alguns dias depois, meu pai o convidou para ir até a nossa casa, foi quando ele nos ofereceu o meu primeiro livro sobre Timor (*East Timor's Unfinished Struggle - Inside the Timorese Resistance*). A partir daí os acontecimentos de Timor Leste começaram a me encher os olhos de interesse curioso, de olhar crítico ao que se passava na mídia e na literatura sobre a gente timorense. Desde então, e com grande ajuda de meu pai, aumentei minha bibliografia no assunto, tentei penetrar mais a fundo na questão que nos iniciou Constâncio em 1995, tão longe que estava de qualquer coisa ser realmente mostrada sobre o assunto na televisão e jornais brasileiros.

O que pude perceber ao longo do tempo que se estendeu entre aquela palestra e o início de minha pesquisa monográfica, foi que só nos era permitido ver partes da

realidade timorense. O “Quarto Poder” só nos mostrava restos despedaçados do que havia sido um dia a capital leste timorense, Dili. E eu ainda me questionava sobre aquelas pessoas que vi no documentário, sobre a língua, cultura e costumes portugueses tão vivos naqueles entrevistados e no próprio Constâncio, das reais raízes do problema e não somente da culpa imediata e sagaz da Indonésia. Mesmo hoje, pouco se sabe do que está acontecendo em Timor. É. Descobrimos que temos um irmão bastardo mais pobre e problemático que o nosso Brasil. No entanto, isso não alardou, não abismou e pouco foi feito até hoje sobre este problema. O objetivo com este último período, muito mais que reclamar, ou “chover no molhado”, é justificar este trabalho mais além do que meus sentimentos por este povo que perdeu mais de 300.000 vidas no último quartel do século XX.

Tivemos a preocupação de descrever o contexto histórico e geográfico da ilha, no sentido de compreender mais do que a realidade imediata nos oferece. Assim, a construção do segundo capítulo, “PARA CONHECER TIMOR LESTE”, se insere na ambientação da realidade histórica timorense: a importância de sua localização desde períodos pré-coloniais, a formação de seu povo, de sua diversidade étnica, cultural e de seu sistema político e econômico. É na frase de John G. Taylor (*Os timorenses existem somente a partir de seu encontro com o colonialismo.*) que baseamos a seguinte afirmação: O problema timorense só parece tomar forma no Ocidente à partir de seu encontro com a mídia. Para ter uma noção ampla dos acontecimentos que envolvem Timor, faz-se necessário um conhecimento prévio do que é a ilha. Com isto, o leitor poderá entender mais facilmente o desenrolar dos capítulos seguintes a este.

No capítulo seguinte, “FORMAÇÃO PARTIDÁRIA”, nos orientamos rumo ao contexto político interno e externo que os primeiros anos da década de 1970 geram na ilha, não as primeiras, mas as mais fortes e organizadas idéias nacionalistas. São estes os anos em que a oposição a um Timor Leste independente (por parte dos países ocidentais, materializados na inteligência indonésia) torna-se mais latente. Este jogo político é o principal deflagrador de duas correntes nacionalistas diferentes e mais uma outra opositora a qualquer tipo de liberdade desta nação. Percebendo a importância dos acontecimentos

que darão início a este embate de interesses político é que o capítulo “Formação Partidária” tomou corpo.

O capítulo “OS EMBATES POLÍTICOS ATÉ A INDEPENDÊNCIA” trata do desenrolar da convivência interna (e externa à ilha) destes partidos políticos, do rumo que tomou a história de Timor até a sua independência em 1975. Assim, é possível perceber como a política internacional contemporânea ao que se sucedia na parte oriental da ilha foi sempre uma parte atuante e grande contribuinte dos horrores vividos durante a anexação.

Portanto, a maior preocupação deste trabalho não é propriamente explicar os tormentos timorenses, nem é falar da perpetuação do sofrimento, ou dos acordos diplomáticos que nunca tentaram impedir por um segundo sequer a matança indiscriminada de pessoas, violação permanente dos Direitos Humanos e a indiferença demonstrada por vários órgãos internacionais por tanto tempo. Antes de qualquer coisa, esta monografia pretende situar seus leitores no âmbito dos acontecimentos internacionais da época em que se passa o período estudado, em face de uma problemática que, nem por um momento, deixou de estar inserida em algo maior, ideológica, política e economicamente falando. Com a compreensão do que aqui está explicitado, pretendemos que o leitor entenda que a Indonésia não foi o único invasor da ilha e que o nacionalismo que primeiro surgiu não tinha um programa realmente nacionalista.

Este foi o caminho que encontrei de conseguir levar adiante o que pedi ao meu pai, o palestrante daquela noite em Providence. Ao abrir o livro a dedicatória diz o seguinte: *“Espero transmitir ao povo brasileiro o caso de Timor Leste, o sofrimento de meu povo”*.

2 - Para Conhecer o Timor Leste

2.1 O Contexto Geográfico

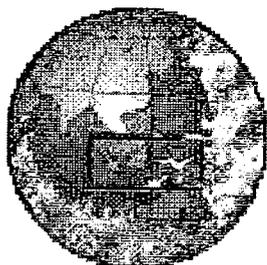


Fig. 1 Região do Timor Leste

Timor é uma ilha do arquipélago malaio banhada por um braço do Oceano Índico (Mar de Timor) situado entre este território e a Austrália ao sul e pelo Pacífico ao norte que, nesta região recebe o nome de Mar de Banda. A ilha é a maior e mais oriental das Lesser Sundas- uma cadeia de ilhas conhecidas também como *Nusa Tenggara* ou ilhas do sudeste. Esta cadeia consiste em centenas de ilhas (situadas entre os paralelos $8^{\circ} 17'$ e $10^{\circ} 22'$ de latitude sul e os meridianos $123^{\circ} 25'$ e $127^{\circ} 19'$ de longitude leste de Greenwich), sendo dominadas pelas cinco principais: Lomboque, Sumbawa, Flores, Sumba e Timor. A Austrália fica a uma distância de 500 km ao sul enquanto que Java - capital Indonésia - é separada da parte mais ocidental da ilha por 1000 km.

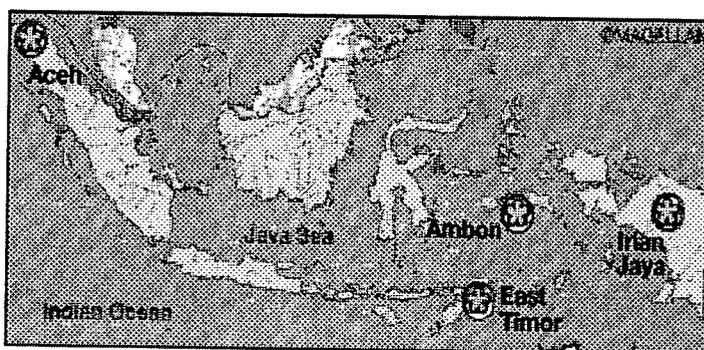


Fig. 2 Timor (East Timor, em inglês), a Indonésia e Malásia

Timor Leste ocupa cerca de 19.000 km quadrados, sendo 265 km de comprimento e um máximo de 92 km de largura - totalizando 16.384 km - esta área deve ser somada aos outros 2.461 km quadrados do enclave de Oecussi-Ambeno, que tem uma linha costeira de 48 km e suas origens remontam ao primeiro forte português, o qual foi construído no lado oeste da ilha. Após a divisão feita entre holandeses e portugueses, a qual só foi devidamente oficializada em 1913, pelo controle de cada parte é que foi

exigido da parte lusa, o direito territorial ao sítio de sua primeira demarcação na ilha. Ainda parte de Timor Leste são as ilhas de Ataúro (ou Pulo-Caming na nomenclatura regional) com 144 km quadrados e a pequena ilha Jacó contando com 8 km quadrados, sendo o extremo oriental do território leste timorense. Em sua totalidade, Timor (Leste e



Fig. 3 Mapa de Timor (Oeste e Leste)

Oeste) possui uma área de 32.350 km quadrados, tendo uma medida de 470 km de comprimento por 110 de largura. Seus habitantes são em grande parte Malásios-Indonésios, descendentes dos aborígenes melanésios.

A ilha é montanhosa, com algumas planícies costeiras que emergem de pântanos e mangues. Seu clima é seco durante os meses que vão de Abril à Novembro e tem um breve estação chuvosa entre Dezembro e Março - quando os rios passam de pequenos filetes de águas para níveis torrenciais.

A precipitação anual é de cerca de 1.475 mm. Existem florestas de eucaliptos, bambu e sândalo. O terreno da ilha é extremamente acidentado, completo de montanhas (ao norte) e uma planície costeira (ao sul).

Timor significa Oriente na língua malaia, falada pelos povos malásios. O país (Malásia) se situa ao norte do Equador e cobre uma área de 330.400 km quadrados.

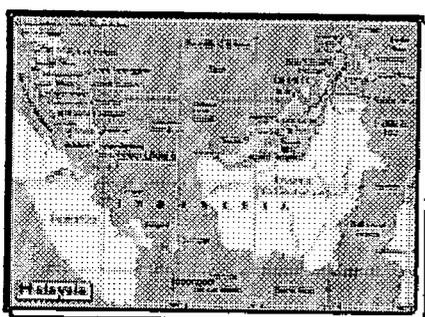


Fig. 4 Mapa da Malásia

A Malásia é composta de duas massas de terra separadas pelo mar do sul da China. A parte peninsular do país tem Singapura ao sul e a Tailândia ao norte. Malásia Leste, que fica na ilha de Borneo, tem Brunei e Indonésia como vizinhos.

1.2. Timor: O Período Anterior à Chegada Lusa

A questão que pode ser levantada sobre a origem malásia da palavra TIMOR é facilmente entendida quando remontamos ao período pré-colonial que envolve estes territórios em uma rede comercial datada, pelo menos documentalmente, desde a



Fig. 5 Localização de Java Leste

Dinastia Ming.¹ Esta rede, que envolvia além de grande parte das principais ilhas da Malásia, era primeiramente centrada em Java Leste² e depois nas Celebes³ (Sulawesi), tendo conexões com a China e a Índia. Seu principal produto era o sândalo⁴, muito apreciado pelos mouros na Índia e na Pérsia, apesar de que outros produtos como mel, cera e até escravos (capturados em

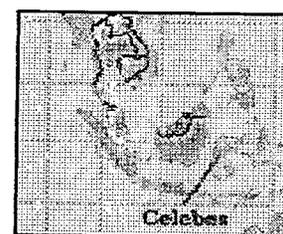


Fig. 6 Localização das Celebes

reinos diferentes dentro do território da ilha) eram utilizados no comércio⁵.

¹ Compreende o período de 1368 até 1644, foi uma dinastia chinesa nativa que reinou entre as eras de domínio mongol e manchúrio. Conseguiu estender seu império chinês pela Coreia, Mongólia e Turquistão no norte e pelo Vietnã e Burma ao sul, tendo maior influência no leste asiático do que qualquer outro domínio nativo chinês.

Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=127720&tocid=71737#71737.toc>>.

² Atual província indonésia, banhada pelo mar de Java ao Norte e pelo Oceano Índico ao sul; sua área é 47.921 km quadrados, incluindo algumas ilhas no mar de Java.

Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=44427&tocid=0>>.

³ Uma das quatro ilhas das Grandes Ilhas Sunda na Indonésia. Uma ilha com quatro penínsulas distintas que formam três golfos importantes: Tomini, Tolo e Bone. A ilha tem uma área - incluindo pequenas ilhas adjacentes - de 227.645 km quadrados. Os portugueses chegaram aqui mais ou menos na mesma época que em Timor, em torno de 1511; em busca do monopólio da já existente rede de comércio na região. Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=22332&tocid=0>>.

⁴ *Santalaceae*, a família do sândalo (ordem das Santalales), que inclui cerca de 36 gêneros e mais de 400 espécies distribuídas em regiões temperadas e tropicais. O sândalo aromático é o único membro da família economicamente importante; é usado na fabricação de móveis e na perfumaria. Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=67301&tocid=0>>.

⁵ Os escravos timorenses eram chamados, localmente, de *ata* e eram capturados, principalmente, através de guerras entre os clãs, principados ou reinos.

A sociedade nativa da ilha, já estabelecida antes da chegada europeia estava muito ligada em sua gênese às relações comerciais externas e internas de seu território. Na verdade, como comenta Taylor, é fundamental um conhecimento da realidade prévia à chegada do colonizador e/ou mercantilista nesta região⁶. Até hoje pouco se primou por um estudo que confronte o ponto de vista eurocêntrico nesta questão. É importante que se conheça e, além disso, se entenda o que era Timor para, assim, conseguir-se uma visão mais consistente que explique, por exemplo, como esta população conseguiu sobreviver a vários séculos pouco modificando seu estado social anterior ao século XVI.

A sociedade timorense pré-colonial parece ter crescido em torno deste comércio com as outras ilhas e países vizinhos. Autores da época relatam a existência de reinos costeiros ao sul e ao norte da ilha como resultado desta rede comercial⁷. Um manuscrito chinês fala da figura de um “Rei” sem o qual as trocas não eram realizadas e a quem deveria se pagar um imposto diariamente⁸.

Segundo a etnografia timorense, existia um governante em Baliko-babali – a planície na costa sul da ilha - e este tinha três subordinados (liurais), cada um exercendo o poder executivo em seu próprio território: o primeiro em South Belu – a planície costeira, o segundo em Sonbai (oeste da ilha) e o terceiro em Suai-Kamanasa (centro sul da região). Esta tríade teria origem numa forte migração datada do começo do século XIV. Comenta Taylor à esse respeito (que)

*A população original (Melanésia) foi sendo substituída pelos novos moradores de origem Malaia, os quais primeiro se instalaram na parte sul e depois foram se movendo para nordeste e noroeste suprimindo os antigos habitantes.*⁹

⁶ TAYLOR, J. G. *East timor: the price of freedom*. New York: Zed Books, 1999. p.1.

⁷ Segundo o navegador português Duarte Barbosa, em 1518, na sua primeira visita à ilha: “Existe uma abundância de sândalo (branco), ao qual os muçulmanos na Índia e Pérsia dão grande valor e onde este é muito utilizado.” (apud CASTRO, p. 18)

⁸ GROENEVELDT, W. P. *Historical Notes on Indonesia and Malaya*, p. 116.

⁹ Taylor, J. G. Op cit., p. 2.

Estes habitantes originais - os aborígenes melanésios - foram sendo, pouco a pouco, empurrados para a região central da ilha, a parte montanhosa no coração do território timorense. Até hoje, estes compõem a parte mais carente da população. Na medida em que foram sendo empurrados para a zona mais acidentada e de mais difícil acesso, esta população também se isolou das transações comerciais externas, impostas aos habitantes costeiros desde os primeiros contatos com os comerciantes europeus. Assim sendo, permaneceram alheios aos acontecimentos que inseriam a parcela costeira da sociedade na ordem colonizadora. Conhecidos como *Mambai* - a população mais carente da ilha, residente na área montanhosa - permaneceu - e ainda continua - vivendo não muito além do que a agricultura e criação de gado de subsistência podem oferecer.

Os imigrantes malaios, que são os principais responsáveis pelo estado em que se encontrava a sociedade timorense à época dos primeiros contatos com os europeus, agruparam-se em vilas de povoados - a menor instituição política desta sociedade - compostos por clãs, os quais se agrupavam em principados e estes, por sua vez, em reinos. Os reinos eram formados por clãs que mantinham alianças e comércio de troca entre si, eram governados por chefes que recolhiam tributos e organizavam alianças com clãs vizinhos. E cada clã pagava tributo ao reino em que existia¹⁰.

O núcleo social básico era a unidade familiar, a qual se estendia até o nível dos reinos através de laços de casamentos. A existência política e social foi moldada aos reinos e localidades. Traube afirma que

Indivíduos eram afiliados ao nascer aos grupos descendentes de uma ordem segmentária variante (...) e incorporados ao nível das unidades políticas mais altas,

¹⁰ Segundo Taylor “ A vila compreendia vários povoados, espalhados por uma vasta área. Cada um destes continha membros de um clã particular, o qual geralmente se estendia por seis gerações. Era governado por um líder em associação com um conselho de anciãos, a vila era parte de um principado dirigido por uma família que estava, por si mesma, subjugada ao governante (*liurai*) do reino no qual existia.”(op. cit. p 5)

*tais afiliações largamente determinavam o universo social de um indivíduo.*¹¹

Por terem um nível rudimentar de agricultura, as tarefas teriam que ser divididas ao nível de gênero entretanto,

*... relações econômicas não eram influenciadas meramente pela divisão no processo de produção. (...) também em um sistema de trocas envolvendo bens e indivíduos. (...) Os bens eram utilizados no pagamento de tributos e na troca por homens ou mulheres em casamento.*¹²

Estas trocas explicitadas acima garantiam o equilíbrio econômico interno da sociedade timorense e supriam as necessidades básicas de sua população. Antes da intervenção colonial, obrigações de troca eram as que ligavam os pequenos domínios indígenas às complexas alianças políticas.

Era utilizado em trocas o produto excedente de cada vila, portanto, para se obter outros produtos, era necessário produzir-se mais. Era nesta etapa (em que ocorriam as trocas) que entrava a significância dos mais velhos. Estes eram os responsáveis pelo ato da troca propriamente dita

Apesar de haver alguma distinção entre os sistemas utilizados nos diversos reinos, havia sempre uma estrutura comum de produção e troca. Neste sistema, a maior importância política era dos idosos, pois estes estabeleciam as trocas e, dos chefes, que recebiam tributo sobre a terra, tendo esta estrutura *“três principais níveis administrativos: a vila, o principado e o reino”*¹³

A vida, afirma Taylor, *era vista como um sistema de trocas interligadas nas quais a existência era essencial para a manutenção da estabilidade econômica e social.*¹⁴

¹¹ TRAUBE. E. , In: TAYLOR, J. G. *East Timor at the Crossroads*, p. 44

¹² TAYLOR, J. G. , op. cit , p.6

¹³ Ibid., p.7

¹⁴ Ibid., p.8

Os primeiros contatos com os portugueses e holandeses abriram as portas para a transformação destas relações entre os clãs e os reinos através de um sistema de trocas externo - que já era previamente religiosa, política e socialmente interno. Os governantes destes clãs organizados o bastante conseguiriam se sobrepor ao poder dos reinos, resultando em alguns dos maiores problemas dos séculos XVI e XVII.

1. 2. Europeus em Timor (da colonização à pacificação)

1.3.1. Viagens Itinerárias

No século XVI, estando Portugal na vanguarda do colonialismo, este se interessava por todo e qualquer território que pudesse conquistar a fim de obter lucros; fosse advindo de uma eventual colonização ou pela aquisição de entrepostos comerciais em zonas globais que tinham mercado já preestabelecido¹⁵. Sobre o assunto, Pirenne comenta que

*A navegação do Oceano Índico estava, no século XIV, inteiramente nas mãos dos árabes. Os portugueses não vacilaram em revelarem-se seus implacáveis rivais, ainda que a milhares de léguas de suas bases. Foram necessários apenas 30 anos para que alguns poucos milhares de Iberos, se apoderassem de seus negócios. Graças principalmente à sua artilharia e aos seus 300 barcos de guerra.*¹⁶

A região do sudeste asiático enchia os olhos lusos, ávidos pelo comércio de especiarias existente na região e que seria de grande importância para comercialização em toda a Europa, além de que, se estabelecendo na Ásia, os portugueses conseguiriam

¹⁵ TRAUBE , ao falar desta rede comercial na região, comenta que esta remonta ao século VII, sendo as relações com os chefes costeiros mantidas (op. cit., p. 40)

¹⁶ PIRENNE. *História Universal* .(apud <http://www.timornet.pt>)

“furar” o bloqueio imposto pelo império otomano que impedia a passagem pelo mar Mediterrâneo, principalmente após o declínio da luta entre os ibéricos e os otomanos¹⁷.



No início no século XVI, os portugueses deram início a uma avançada expansão em direção leste, tendo como meta a construção de fábricas em ilhas como Ambon e Molucas. Não por acaso, Málaca, já uma cidade portuária muito bem

Fig. 7 Representação portuguesa das Ilhas Molucas. estabelecida comercialmente entre o Pacífico e o Índico, localizada na costa oeste da península Malaia, se tornou um grande centro comercial para a chamada “Rota da Pimenta”, vindo a ser rapidamente um ponto estratégico ansiado pelos europeus com interesse na área(ver ANEXO I)¹⁸. As especiarias se tornaram muito importante na Europa do século XVI, por razões econômicas primeiramente, já que esta mercadoria era facilmente armazenada aos milhares de quilos em um único comboio e isto lhe daria um rendimento em lucros que superava em muitas vezes todos os custos da viagem. Em um nível mais distante, as especiarias do oriente tornaram mais saborosos os pratos europeus. Eram também atrativas as drogas orientais, algumas sendo utilizadas, inclusive, como medicamentos - atestados pela crença corrente de que o seu consumo melhoraria a visão, eliminaria dores no fígado e curaria males do estômago em geral.

Em 1511, o vice rei das Índias portuguesas, Dom Alfonso d’Albuquerque, conquistou Málaca do poder chinês que centralizava neste ponto a rede comercial daquela

¹⁷ O império Otomano foi criado por tribos turcas em Anatólia que durou desde o declínio do Império Bizantino no século XVI até o estabelecimento da Turquia como República em 1922. No período em questão, o Império era liderado por Mehmed II e Selim I (1512–20), quando a expansão otomana se resumiu muito. Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=120797&tocid=44376>>.

¹⁸ A descoberta do comércio de especiarias em Málaca é bem definida no livro *Foundations of the Portuguese Empire (1414-1580)*, onde os autores (Diffie e Winius) falam que os lusos ficaram sabendo, através dos relatórios de exploradores das Índias, através de mercadores na Índia, da existência da cidade portuária na qual se comercializavam pimentas. O Rei D. Manoel I e seu conselho imediatamente mandaram expedições para investigar este mistério.

área.¹⁹ A partir de então, a ilha passou a ser governada pelo representante português no enclave de Goa, na Índia.

As especiarias encontradas na região do Timor (Molucas e o grupo de ilhas Banda) eram considerados temperos de luxo. Talvez grande parte disto se devesse à distância que teria que ser percorrida desde a metrópole, ou pelo menos de Goa, até o local onde seriam coletadas.

As primeiras passagens dos mercadores portugueses pela região de Timor datam deste período; as quais, por um longo tempo, foram meramente anuais - não tinham em vista uma colonização propriamente dita - com o objetivo de coleta de sândalo nesta região e pimenta das ilhas vizinhas, o que houve foi a tentativa de se apoderar da rota comercial, se fazendo presente através de trocas por armas, ferramentas de ferro e outros objetos.

Todos os anos eram escolhidos certos indivíduos portugueses para fazer uma única viagem para cada área em particular. Em troca, este viajante pagava à coroa todos os encargos pela viagem e mais uma porcentagem dos lucros.

Os feitores portugueses nunca penetraram plenamente nas regiões que produziam as variedades mais caras, sendo seus cargos muito mais ativos na coleta de encargos reais em espécie e parte dos lucros dos comerciantes para as feitorias de Goa e Málaca.

1.3.2. Primeiras tentativas de colonização

A influência mercantilista e/ou colonizadora na ilha permaneceu quase obsoleta devido ao caráter de sua presença no lugar - intinerante, periódico - junto aos

¹⁹ Alfonso d'Albuquerque foi sucessor de Francisco de Almeida (o primeiro vice-rei português na Índia). Conquistou Goa (1510), que se tornou a sede do poder Português, e Malaca (1511). Enviou ainda duas expedições às Molucas (1512 e 1514).

habitantes da ilha. Como ocorreu na maioria dos territórios conquistados ou sob sua influência direta, primeiramente, os portugueses estabeleceram contato com os reinos da ilha, contudo, sem penetrar internamente no território e assim favorecendo um regime de trocas com os chefes governantes ao longo costa .

Entretanto, no fim deste primeiro século de convivência, frades dominicanos portugueses estabeleceram uma missão no maior porto de sândalo da ilha, Solor. Nesta mesma época, e também proveniente dela, começaram a aparecer os primeiros frutos da miscigenação dos piratas, soldados e comerciantes: *topasses*, que por origem e cor eram considerados portugueses negros. Esses topasses iniciaram-se na rede comercial já estabelecida primeiramente como ajudantes dos frades dominicanos e depois, pelos seus conhecimentos das duas línguas, da geografia interna e montanhosa e das relações sociais existentes dentro da ilha, passaram a controlar o comércio entre Solor, Larantuka e Timor²⁰. Os portugueses tentaram dividir as forças políticas existentes na ilha, para assim, conseguir maior influência na área, embora isto não tenha acontecido realmente até a metade do século XVII, com a derrota do reino de Wehale. Esses indivíduos acabaram se sobrepondo ao poder dos governantes dos reinos, criando-se assim quatro frentes que buscavam o controle da rede comercial em Timor: Os portugueses (entre eles, os frades e os comerciantes), os topasses, os habitantes naturais da ilha e, como veremos a seguir, os holandeses.

²⁰ É importante ressaltar que os interesses topasses e dos habitantes originais da ilhas diferiam em magnitude dos portugueses e holandeses. Enquanto que os primeiros buscavam um monopólio local da rede, quer dizer, visavam os produtos portugueses como lucro; os últimos tinham em vista um monopólio externo, ou seja, os lucros que poderiam obter na Europa e em outros territórios com a comercialização, principalmente, do sândalo.

Ávidos por este comércio, os holandeses ainda neste período começaram suas visitas à região para obter sândalo e escravos. Os dois poderes coloniais entraram em disputa - a qual duraria dois séculos -- pelo controle do poder

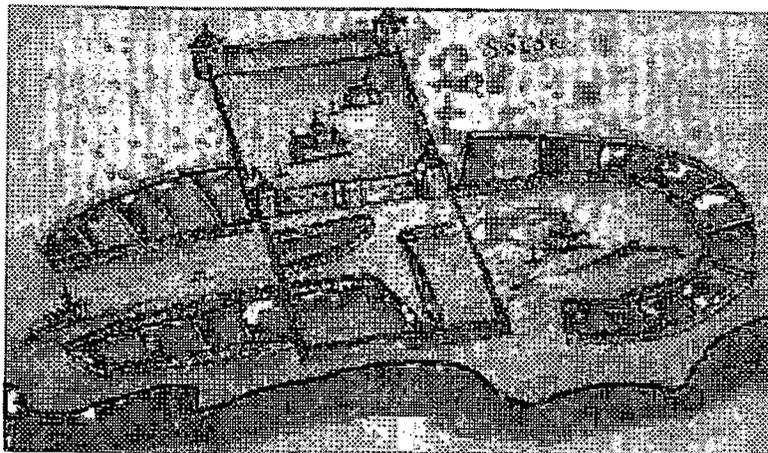


Fig. 9 Representação portuguesa do Forte de Solor

na ilha; poder este que internamente também era almejado pelos topasses além dos indígenas timorenses (populações nativas). Em 1613, os holandeses tomaram a ilha - Solor - em que, desde 1566, se localizava um forte português construído por padres dominicanos, tendo os portugueses, por sua vez, se transferido para a ilha de Larankuta, onde permaneceram donos absolutos da mesma durante todo o século XVII; enquanto continuavam brigando com os holandeses pelo controle de Solor.

Em 1642, os portugueses invadiram vigorosamente o Timor, na tentativa de expandir sua influência comercial ao âmbito interno da ilha. Seu principal alvo era o reino de Babali - ou Wehale, como era chamado pelos próprios timorenses - pois o consideravam como centro religioso e comercial da ilha. *“A vitória foi rápida e brutal”*²¹ A usurpação do poder no principal reino da ilha permitiu que os grupos de famílias topasses tomassem o controle do que antes era de posse daquele reino, e dessa forma começassem a exercer forte influência política durante o século XVIII.

Em 1653, os holandeses derrotaram os portugueses em Kupang e anos depois (em 1656) deram início a uma invasão com um exército bem equipado. Porém, a realidade encontrada por estes era muito diferente daquela enfrentada pelos primeiros

²¹ TAYLOR, J. G., op. cit., p.12

visitantes europeus: agora os topasses controlavam em grande parte (ou quase completamente) todo o comércio da região, e não abririam mão facilmente desta hegemonia. A resistência foi grande, estas famílias agora dispunham de equipamento militar apropriado para conter o avanço holandês. A batalha foi curta em duração de tempo. O conhecimento geográfico por parte dos Topasses deu-lhes supremacia o bastante para expulsar os holandeses para a ilha vizinha de Roti.

Após esta batalha, quando os topasses obtiveram controle de Timor; Traube aponta que se tornaram opositores primários à esta hegemonia outros três grupos: mercadores portugueses, frades dominicanos e os próprios timorenses²². Estes quatro segmentos da população local iriam entrar em conflito e discussões até o início do século XIX e só se uniriam em esforços para evitar maiores avanços holandeses. No final do século XVII, os portugueses tentaram consolidar uma forma de governo em Lifau por duas vezes - 1695 e 1702 - e em ambos os casos estes foram forçados a sair por causa dos esforços combinados entre os topasses e timorenses. Durante este tempo, os holandeses ganharam a confiança das tribos do lado oeste da ilha ao ajudar as famílias nativas timorenses contra a hegemonia topasse. Isto culminou com o que ficou conhecido como a Batalha de Penfui, ganha pelas forças holandesas. Como consequência direta desta batalha podemos citar o fortalecimento das relações holandesas com o lado ocidental da ilha; sendo esta a batalha que dividiu a ilha em duas partes em que diferenciavam-se sobre qual metrópole exercia hegemonia. Mas só em 1913 foi que, segundo Traube,

*um acordo diplomático foi alcançado. A parte oriental foi formalmente incorporada à Companhia da Índias Oriental, a qual eventualmente se tornou parte da República da Indonésia. A parte oriental, junto com o enclave de Oecussi - onde os portugueses haviam estabelecido sua base original na ilha, foi reconhecida como uma parte do Império português.*²³

²² TRAUBE, E. , op. cit. , p. 43

²³ Ibid., p. 45

Do lado português, o que se pôde perceber, como aponta TAYLOR é que enquanto estes procuravam internar-se cada vez mais na rede de trocas já estabelecida, os topasses procuravam fortalecer os laços de troca *com propósitos de controle político próprios.*²⁴

Apesar de estarem sujeitos ao controle externo, seja pelos topasses ou portugueses, a sociedade timorense conseguiu se manter intacta, como afirma Taylor quando se refere à esta especificidade da sociedade timorense desde as primeiras tentativas colonizadoras efetivas até fins do século XIX: *... a história da ilha foi marcada pelo sucesso de comunidades timorenses em restringir a influência topasse e europeia e manter o controle de sua esfera política através de alianças.*²⁵

Portanto o que aconteceu em Timor, e que torna o conhecimento do desenvolvimento das relações internas da ilha tão importante em grande parte dos assuntos timorenses, foi a coexistência de dois sistemas sociais em uma mesma área. O primeiro deles, e o mais antigo também, conseguiu sobreviver à uma restrita, e até a uma tentativa mais efetiva, de penetração lusa em sua terra; se esquivando da costa - que se tornou o ponto de concentração europeia - e mantendo-se, cada vez mais, fechado em seus próprios rituais saindo desta esfera só para estabelecer alianças - ora com os portugueses ora com os topasses - que permitiriam sua perpetuação. O segundo, foi o que estava estritamente interessado nos lucros do comércio externo e na expansão de terras colonizadas - o que, eventualmente, produziria ainda mais lucros - e que pouco se interessava pelos nativos da região, a não ser pelos chefes dos reinos costeiros com quem tinham que fazer as trocas comerciais. Traube fala que o prevalecimento das ideologias políticas dualísticas distinguiram em dois grupos os habitantes de Timor: em povo da montanha e o povo da costa. O primeiro mais preocupado com poderes rituais e o segundo mais envolvido com relações econômicas externas.

²⁴ TAYLOR, J. G. op. cit., p. 15

²⁵ TAYLOR, J.G., Ibid., p. 25

Veremos a seguir como esta convivência (portugueses-topasses-mambais), nem tão pacífica como é de se imaginar, chegou ao século XIX quando Portugal, preocupado com a nova ordem que se havia instalado no mundo, dá início ao que ficou conhecido como *Pacificação*.

1.3.3. A chegada dos “Novos Tempos”

Portugal nunca se importou muito com o que acontecia internamente com o lado oriental da ilha de Timor, seus cuidados máximos eram para que os topasses ou os mambai não conseguissem autonomia política na região. Portanto, assegurando o controle do que acontecia na costa, a abordagem portuguesa à ilha nunca foi muito além de alguns quilômetros território a dentro.

Jardine fala sobre o relato de um explorador britânico em artigo publicado em 1869, no qual o inglês comenta

*... o governo português administra pobremente. Ninguém parece se preocupar o mínimo com nenhuma melhoria no país, e a este tempo, depois de 300 anos de ocupação, não existe uma milha de estrada construída após a cidade de Dili e não existe sequer uma residência européia solitária no interior.*²⁶

Essa ocupação foi sempre fraca, face também a preocupação maior com o comércio externo do que com o interno, aliado a resistência dos habitantes da ilha em se adaptar aos moldes portugueses. Como um resultado quase natural dessa realidade

²⁶ apud JARDINE, M. *East Timor: genocide in paradise.*, p. 19. O artigo em questão é de Alfres Russel Wallace, intitulado *The Malay Archipelago: The Land of Orang-utan, and the Bird of Paradise.*

econômica e social, Timor permaneceu como a mais desamparada colônia portuguesa até o século XIX, e sobre este longo período de alguns séculos, TRAUBE escreve:

*O domínio português permaneceu precário. Era baseado em alianças com chefes nativos, que recebiam insígnias portuguesas e patentes militares em troca de assistência militar nos períodos crônicos de rebelião. Os portugueses buscavam seus interesses econômicos e políticos se inserindo no sistema indígena de trocas entre a costa e o interior, ocupando efetivamente a posição dos chefes costeiros. Somente depois das campanhas de pacificação, que ocorreram entre 1894 e 1900, foi que o governo colonial estendeu, consolidou e racionalizou esta presença na rede do interior.*²⁷

Até a época a qual se refere a autora no parágrafo acima, mesmo com todas as tentativas portuguesas, brutais ou pacíficas, a província não sofreu uma intervenção extensiva, sendo sempre *periférica a um império centrado na África*.

Foi somente na virada do século XIX, que Portugal deu um passo firme e decisivo em direção à uma ocupação efetiva, quando a ordem imperialista fez novas exigências à comunidade internacional. O interesse português era em alcançar suas rivais européias, afastar as possíveis ameaças que estes países representavam para a coroa portuguesa frente a nova ordem imperialista e também sustentar os gastos da metrópole. Portugal decidiu adotar outra política em relação às suas colônias no além-mar, uma atitude colonizadora enfática nos territórios ocupados, tentando transformar as economias de subsistência destes lugares em produtoras-exportadoras de produtos agrários. Sobre a Pacificação portuguesa, Taylor sugere que este projeto teria como objetivos minar o sistema indígena de trocas e criar bases para uma exploração econômica sistemática de sua colônia.

²⁷ TRAUBE, op. cit., p.43

As medidas tomadas foram as de trabalho forçado pela população indígena, tentativa de introdução de sistemas de cultivo de café e outros grãos que seriam fontes lucrativas para manter o já declinante Império Português.

Para tornar mais efetiva a colonização e penetrar na sociedade timorense, Portugal decidiu cobrar impostos ~~a~~ todos os homens entre 18 e 60 anos, construiu estradas e tentou acabar com as unidades de maior influência política na ilha. Todas estas ações criaram um grande ressentimento na população nativa, tendo como principal consequência 16 anos de revoltas não-contínuas dentro do território; culminando nos anos que vão de 1910 a 1912, sendo lideradas pelo liurai (chefe de um dos reinos em que se dividia a sociedade nativa) Don Boaventura. Esta rebelião chegou mesmo a ameaçar fortemente Dili, a capital da colônia, e não seria suprimida se não fosse a ajuda de tropas portuguesas de Moçambique. O fim da revolta marcou também o fim do período de Pacificação da colônia e o início da ocupação efetiva de Portugal em Timor. Para tanto os portugueses continuaram persistindo na idéia de adequar Timor aos moldes europeus. Em particular, tentaram o cultivo de sândalo, que nesta época já estava escasso devido a depredação pela qual vinha passando durante todos os séculos de comércio.²⁸

Enquanto “criava” uma elite urbana - de assimilados - Portugal tentava manter, à medida do possível, boas relações com os chefes e pessoas importantes nos reinos²⁹. Assim, obtendo a lealdade destas pessoas de eminência política e preparando grupos de nativos da ilha para ocupar cargos administrativos antes onerados a Portugueses, o governo imaginava estar conseguindo ajustar a tão inadapável sociedade

²⁸ A tentativa da criação de um novo ciclo do sândalo não deu certo pois Portugal nunca conseguiu entender plenamente a natureza parasita da planta.

²⁹ Houve a criação de duas categorias populacionais: indígenas e não indígenas (incluindo mestiços e assimilados). Para conseguir o status de assimilado e a cidadania portuguesa, era necessário falar a língua, dispor de uma quantia mínima de receita pessoal e provar-se possuidor de ‘bom caráter’, possuir qualidades necessárias para o exercício dos direitos privados e públicos do cidadão português, cumprir o serviço militar e ter, no mínimo, 18 anos. Aos nativos que não eram assimilados, Portugal se via no direito de impor trabalho forçado. Esta foi a chave para que a metrópole forçasse, durante a *pacificação*, o trabalho nas novas culturas e obras impostas à ilha. Paschkes comenta que estas medidas “*contrariavam a convenção 105 de 1957 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o país era signatário. Várias denúncias foram feitas contra Portugal sobre a prática do trabalho forçado em suas colônias*”

timorense. A Igreja foi incumbida por Salazar de disseminar entre os assimilados os costumes e a cultura da metrópole, através das escolas católicas de língua portuguesa, preparando assim uma elite de timorenses nativos capaz de preencher os cargos administrativos existentes e crescentes com o novo desenvolvimento³⁰.

Na esfera política, com pretensões de enfraquecer o sistema de trocas e alianças, o esforço foi na tentativa de cortar a posição dos liurais com a abolição de seus reinos. Foi dado poder administrativo ao nível imediatamente inferior ao dos reinos na hierarquia indígena e a colônia foi redividida em unidades administrativas com eleições para administradores sujeitas a aprovação portuguesa. Conselhos legislativos foram montados representando a administração, a Igreja, os donos de terras (portugueses) e o exército.³¹ *A essência da pacificação portuguesa foi a tentativa de destruição de um aspecto crucial do sistema social de Timor cuja reprodução limitava a influência do controle português.*³² (...) *Estes métodos levaram a um ressentimento espalhado em toda a ilha e, finalmente, à violência em larga escala, culminando com um levante que começou em 1910.*³³

Desta forma percebemos que o colonialismo português ~~que~~ engatou um senso de unidade pela experiência comum dos habitantes, acendendo o entendimento da importância das relações inter-étnicas, dando condições para o desenvolvimento do

(...)." (PASCHKES, Maria Luísa, *A Ditadura Salazarista*, p. 74-75 apud PAZZINATO, Alceu Luiz; SENISE, Maria Helena Valente. História Moderna e Contemporânea)

³⁰ Referente ao período anterior da pacificação, Traube, na ocasião do colóquio "Dimensions of Domination: an East Timor colloquy", explicitou a idéia de uma 'presença colonial' mais do que, propriamente, um governo colonial. A este período em questão, a autora refere-se como a 'negligência benigna', ou seja, por um lado o território praticamente não existia, para o Império luso, muito além de sua linha costeira; por outro lado, esse desprezo permitiu com que a sociedade nativa se perpetuasse praticamente intacta até fins do século XVIII. Com a pacificação, Portugal implantou, pela primeira vez na ilha, as instituições que sobreporiam àquelas timorenses e seriam exemplos de uma presença ocidental colonizadora efetiva. Data desta época o início da construção do primeiro hospital (militar); o qual foi inaugurado em 1906 com o nome de Hospital D. Carlos I. Em 1915, segundo Campos, havia em Dili três médicos que visitavam o interior, alternadamente. Em 1918 foram criados Serviços de Saúde com sede em Dili, dispondo de três subdelegacias de saúde.

³¹ Mesmo apesar de toda burocracia imposta, os administradores tinham que assegurar o apoio do líder liurai.

³² JARDINE, M., op. cit., p. 11

³³ Ibid., p. 20

nacionalismo timorense, com o surgimento de um sentimento nacional forjado pelo sofrimento comum e avesso à ocupação estrangeira. A pacificação foi ainda sendo coordenada até os anos 30, quando a crise mundial abalou e praticamente paralisou a modernização de Timor.

1.4. A Ocupação Japonesa

Sobre o pretexto de criar uma co-prosperidade no grande leste asiático, o Japão deu início a uma viagem colonialista, no intento de aumentar o número de matérias-primas para uma industrialização doméstica e encontrar mercado para seus produtos. Isto tece o início da Guerra do Pacífico, pela qual os japoneses expulsaram forças europeias e rapidamente ocuparam colônias como a Indochina francesa, as Filipinas, as Índias Orientais.³⁴

Como resposta ao ataque de Pearl Harbor, as forças ocidentais quiseram utilizar a ilha de Timor como ponto estratégico para impedir o avanço nipônico rumo à Austrália e levaram tropas para a ilha.³⁵

... 400 soldados holandesas e australianas chegaram a Dili, contra a vontade do governo português (...) os japoneses,

³⁴Esta foi uma década de piora das relações entre os Estados Unidos e um Japão crescentemente expansionista e militarista. A invasão da China em 1937, a conseqüente aliança com o eixo (Alemanha e Itália) em 1940 e a ocupação da Indochina francesa em Julho de 1941, levou aos Estados Unidos a responderem prontamente e declarar o embargo dos carregamentos de petróleo e outros materiais de guerra vitais para o Japão. No fim daquele ano os Estados Unidos já tinham desmantelado praticamente todas as relações comerciais e financeiras com o Japão. Mesmo tendo o Japão continuado com negociações até o dia do ataque de Pearl Harbor, o Primeiro Ministro Tojo Hideki decidiu-se pela guerra. Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=118866&tocid=53555>>.

³⁵ O ataque aéreo surpresa da base naval de Pearl Harbor, localizada na ilha Oahu (Havai) aconteceu em sete de Dezembro de 1941 (07/12/1941), sendo o estopim da entrada dos Estados Unidos da Segunda Guerra Mundial. Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=60353&tocid=0>>.

convencidos de que os aliados utilizariam a ilha como uma base militar, mandaram 20.000 soldados para Timor. ³⁶

Dois meses depois, as tropas japonesas chegaram ao território e começaram a batalha pelo poder da ilha, na tentativa de utilizá-la como linha de defesa ao avanço na direção dos aliados. O exército australiano foi amplamente apoiado pela população, conseguindo manter o inimigo encurralado por cerca de um ano. Os japoneses acreditavam que deixar Timor prosseguir sob tutela portuguesa facilitaria uma eventual ocupação da Austrália numa ofensiva contra suas forças. Por isso, fortaleceram os exércitos da ilha e seus armamentos; fazendo alianças com os habitantes de Timor Oeste no que ficou conhecido como “colunas negras”, onde os nativos da outra metade da ilha participaram das batalhas no lado inimigo.

Isto resultou em uma guerrilha interna de dois anos, que durou até quando os australianos e as tropas aliadas evacuaram a ilha em Janeiro de 1943. O povo timorense pagou um alto preço por esta invasão, principalmente por ter ficado ao lado dos aliados, inclusive permanecendo na luta contra os japoneses até mesmo após a retirada de suas tropas no início daquele ano, persistindo até a derrota total.

Os japoneses foram impiedosos com os timorenses: queimaram vilas inteiras, executaram pessoas, confiscaram comida... e ainda utilizaram de outras práticas como castigo pelo apoio aos seus inimigos. Até o rendimento das tropas nipônicas, 60.000 timorenses haviam morrido (algo em torno de 13% da população).

³⁶ TAYLOR, J. G. East Timor: the price of freedom, p.13

1.5. Do Pós Guerra até 1975

Depois da derrota do Japão em 1945, Portugal retomou o poder da ilha e, lentamente, tentou recompor a atmosfera anterior à guerra ao território. Mas logo após esta retomada da antiga política colonial, Portugal começou a enfrentar problemas políticos internos devido ao isolamento internacional por seu apoio ao General Franco. A reconstrução da ilha teve de contar apenas com a força de trabalho timorense, a exploração voltou ao estado negligente; sendo o único programa existente o de construção de estradas. Os portugueses facilitaram a aquisição de cidadania assimilada, portanto, uma maior parte da população foi educada nas escolas portuguesas no intuito de treinar nativos para cargos administrativos. Mesmo assim só uma pequena porcentagem da população ia para escola.

As relações luso-timorenses permaneceram estáveis - excetuando-se uma revolta em 1959 - mesmo existindo um ressentimento entre os maiores poderes da ilha em relação ao domínio português.³⁷

No sudoeste asiático, a era do pós-guerra foi de grandes acontecimentos políticos, na medida em que os territórios colonizados brigavam por independência e os antigos poderes coloniais tentavam manter o controle e retornar ao estado pré-guerra. A Indonésia se declarou independente em 17 de Agosto de 1945, ainda sob a ocupação japonesa, a qual não foi aceita pelos holandeses quando estes retornaram à sua antiga colônia. Entretanto, todas as tentativas holandesas só insuflaram mais os indonésios e os batavos terminaram por reconhecer a independência do país.

Este movimento nacionalista foi muito mais vagaroso e fraco em Timor, Entretanto, na década de 1950 já se podia ver os sinais latentes deste movimento: as rádios

³⁷ Este tem sido um episódio bem pouco discutido na historiografia da ilha. ADITJONDRO é quem toca mais profundamente na questão, em seu livro: *Is oil thicker than blood?* Esta rebelião teve início em sete de Junho de 1959 (07/06/1959). Os moradores de Viqueque, que trabalhavam para a companhia TIMOR OIL (australiana) tiveram seus salários reduzidos de A\$300 e A\$90 para meros A\$21. Os que não aceitassem a redução salarial seriam presos. Eventualmente, a população local não suportou esta conduta do Administrador Português, principalmente por apresentarem grande desconfiança em que o resto do dinheiro estava sendo embolsado pelas autoridades administrativas portuguesas. A revolta foi duramente

?

começaram a utilizar o Tetum (língua franca), Português e o chinês (língua dos primeiros comerciantes a administrar o poder da rede de comércio exterior à ilha). “A Voz de Timor” (jornal controlado pelo governo) começou a ser impresso em 1960. Entretanto estes meios de comunicação sofriam forte censura portuguesa.

É inegável o papel da Igreja católica na fomentação deste movimento nacionalista na metade portuguesa da ilha, tomando parte, principalmente, no âmbito das escolas de educação religiosa e portuguesa, especialmente durante o Estado Novo de Salazar, a mais duradoura ditadura fascista da Europa. Nos seminários situados fora de Dili, muitos jesuítas discutiam temas como os movimentos nacionalistas das colônias portuguesas africanas da época e o progresso do Terceiro Mundo, além de promover um senso de identidade timorense entre os alunos. O que continuou a publicar por uma maior período de tempo foi o jornal Seara, de posse da Igreja, o qual ensinava tetum aos seus leitores e algumas vezes serviu como fórum para idéias progressistas. Muitos de seus contribuidores, os quais tinham contato com os movimentos nacionalistas africanos, começaram a advogar livremente a independência de Timor Leste. Seara foi obrigado a parar de der publicado em 1973. Segundo TAYLOR, *Como fonte primária de educação na colônia, a Igreja foi provavelmente a mais significativa instituição dos colonizadores rumo à tentativa de assimilar os nativos.* *significativa*

No pós-guerra, houve uma grande ascensão da religião católica entre os nativos, segundo dados coletados na ilha, os fiéis passaram de estimados 60.000 membros em 1952 para 196.570 em 1973. Nos anos 70, o catolicismo conseguiu ser praticamente a religião oficial do Timor.

A elite educada de estudantes, professores e administradores, fomentada à luz e para contribuir com o pensamento e a política colonial portuguesa, terminou por abraçar o movimento nacionalista e retirou Timor de seu estado de passividade, rumo a uma era nacionalista, inserida no contexto internacional político de sua época.

repreendida, calcula-se que entre 160 e 1.000 timorenses tenham morrido neste levante, além dos outros 58 que foram exilados para colônias do Império luso e, até mesmo, para a própria metrópole.

Quanto a sua diversidade, a população timorense se dividia em três setores diferentes no que dizia respeito à presença portuguesa na ilha: cerca de 80% compunha uma facção indígena rural que tinha pouco contato com o sistema colonial imposto por Portugal e viviam isolados no interior da ilha, a pequena parcela chinesa, que eram educados em escolas fora da ilha e, apesar de bem pequena - cerca de 2% da população - sobressaía-se no plano comercial e a elite urbana de assimilados que ocupava cargos administrativos e eram educados sob uma visão europeias, muitas vezes tendo saído de Timor para terminarem seus estudos.

As décadas compreendidas entre o término ~~segunda guerra~~ e a Revolução dos Cravos foram de importância primordial para a unificação do povo timorense e o aprimoramento do sentimento nacionalista que levaria aos principais acontecimentos nos anos de 1974 e 1975; influenciados principalmente pelos movimentos africanos contra Portugal, atenuado dentro dos seminários com a participação de membros da elite assimilada da ilha - a que tinha oportunidade de estudar e ocupar cargos públicos no território - e espalhado entre a população com os programas do partido FRETILIN junto à mesma. Os estudiosos da questão timorense apontam a Revolução dos Cravos como um divisor de águas entre o isolamento de três séculos de Timor e sua entrada para o contexto da política internacional de sua época.

2 - FORMAÇÃO PARTIDÁRIA

2.1. Os Antecedentes

Com a Revolução dos Cravos em Abril de 1974, rapidamente surgiu uma discussão e um empasse sobre o que fazer com as colônias portuguesas. Em Junho deste mesmo ano, Portugal abriu três possibilidades para Timor Leste: uma associação contínua com este país, a independência ou se tornar parte da Indonésia. Entretanto, de imediato e mais preocupado com a situação interna do país, o novo governo português não tomou medida alguma em direção a nenhuma destas opções.

Na verdade, o que pode ser constatado é uma certa divergência reinante nas opiniões quanto ao tratamento que seria dado ao Império Ultramar. A parte mais velha da oficialidade portuguesa, que não lutou diretamente nos combates coloniais africanos, acreditava que seria possível uma continuidade nos laços que envolviam as partes do pacto colonial, ou seja, esta facção aceitava o direito de autodeterminação das colônias, por outro lado, queria manter as mesmas como áreas de influências da ex-metrópole, tornando estas economias ainda rentáveis para a necessitada nação lusa dali por diante. Era o que eles chamavam de “autonomia progressiva”. Um dos partidários destas medidas foi o General Antônio de Spínola, que em seu livro “Portugal e o futuro” aborda esta questão da seguinte maneira³⁸:

Que opções se nos oferecem? Seria uma, o abandono puro e simples do ultramar, que rejeitamos por três razões fundamentais: por afectar a nossa sobrevivência como nação livre; por não podermos abandonar os que no Ultramar construíram as suas vidas confiando-se à Bandeira Nacional; e por não haver razão para ceder e abdicar de tudo em favor de amigos e inimigos. (...)

³⁸ O General Antônio de Spínola foi herói português nas primeiras batalhas contra os movimentos nacionalistas nas colônias africanas. Depois de derrubado o regime ditatorial com a Revolução dos Cravos, Spínola foi apontado como presidente deste país pela Junta de Salvação Nacional. Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=123631&tocid=0>>.

Poderia-se ainda tentar-se agüentar a situação actual, evoluindo dentro de margens muito estreitas, mantendo a unidade nacional sob a fórmula de um todo organicamente uniforme, travando a autonomia progressiva do Ultramar português, mas também não poderá aceitar-se esta via, porque o imobilismo acelerará a desagregação pela via revolucionária, (...). Finalmente, oferece-se-nos a opção de uma tese equilibrada de construção de uma vasta Comunidade Lusíada sobre a autonomia progressiva de todas as parcelas, através de laços (...) que existem e que carecem de ser reforçados à custa do esforço pacífico de todos os bons portugueses (o grifo é nosso).³⁹

A seguir, um trecho do discurso proferido pelo Ministro da coordenação Interterritorial, Antônio de Almeida Santos, na ocasião de sua chegada a Timor Leste no ano de 1974.

...Temos apenas que revalidar esse pacto, através de uma consulta à maioria da população de Timor (...). A sua vontade será respeitada porque o 25 de Abril permitiu a Portugal ser um país livre e permitiu a Timor manifestar-se livremente. Timor tem que nos dizer claramente o que pretende; se ser independente, se continuar ligado a quem quer que seja, ou continuar ligado a Portugal.

Por outro lado, havia também a parcela militar portuguesa que havia pouco tempo ainda estava lutando contra as frentes nacionalistas nas colônias africanas. Essas tropas estavam cansadas de combater por um propósito tão longe de sua realidade na metrópole. Sobre este assunto, destacamos aqui o manifesto dos *Soldados e Milicianos*

³⁹ Spínola, Antônio. *Portugal e o Futuro.*, p 53-56.

Democratas do Norte, que, entre outros, pedem o fim imediato da Guerra Colonial e a abertura imediata de negociações com os movimentos de libertação.

Nós, soldados e milicianos democratas, consideramos que a solução política do problema colonial passa pela negociação com os Movimentos de Libertação, PAIGC, FRELIMO e MPLA, cujos dirigentes já se declararam prontos a negociar. Fazemos nossos os anseios de milhares de soldados e suas famílias pela redução do tempo de serviço militar e regresso dos soldados. (..)

FIM IMEDIATO À GUERRA COLONIAL!

*ABERTURA IMEDIATA DE NEGOCIAÇÕES
COM OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO!*

PELO REGRESSO DOS SOLDADOS!⁴⁰

Para muitos destes militares, o desatrelamento da política colonial significaria o retorno de seus homens, um reforço na organização interna e, claro, o fim dos gastos em armas, munições e mantimentos de guerra para propósitos que não ajudariam a reorganizar a situação do país.

Pouco tempo depois de estabelecido a nova administração de Portugal, o Programa do Governo e, em essencial, os pontos que englobam a política ultramarina dizia

.....
Compete ao Governo provisório:

- Manter, em matéria de política externa, activa adesão aos princípios da independência e igualdade entre os Estados e de não ingerência nos seus assuntos internos, defendendo a

⁴⁰ RUAS, Henrique Barrilaro (org.) *A Revolução das Flores*, p 236 e 237.

paz, alargando e diversificando relações internacionais e respeitando compromissos decorrentes dos tratados em vigor.

- Reconhecer o carácter essencialmente político da solução das guerras no Ultramar, lançando uma nova política que conduza à paz, garanta a convivência pacífica e permanente de todos os residentes, e criando condições para um debate aberto e franco com vista à definição do futuro do Ultramar.

4. Política ultramarina

.....

b) Instituição de um esquema destinado à conscientização de todas as populações residentes nos respectivos territórios para que (...) possam decidir o seu futuro no respeito pela autodeterminação;

.....

d) Apoio a um acelerado desenvolvimento cultural, social e económico das populações e territórios ultramarinos;

e) Exploração de todas as vias políticas que possam conduzir à paz efectiva e duradoura no Ultramar.^{41 42}

Depois que as notícias sobre os acontecimentos de Abril começaram a tomar forma nas colónias portuguesas, foi que o assunto foi mais debatido e medidas neste sentido começaram a ser exigidas tanto nestes territórios quanto na própria metrópole. Em

⁴¹ Ibid., p. 301, 302, 305 e 306.

⁴² O que se pôde conferir tempos depois foi que, muitos destes pontos propostos inicialmente, nunca seriam cumpridos e, diante da enorme soma de dinheiro que Portugal gastaria neste propósito, Timor e outras ex-colónias foram praticamente abandonadas à sua própria sorte. No caso do povo timorense, as conseqüências seriam sentidas muito mais arduamente depois da invasão indonésia.

seguida, foi enviado à Timor uma equipe de representantes portugueses para oficializar que seria respeitada a opinião do povo timorense. Dos três representantes mandados ao Timor, um (Lemos Pires) apoiava as idéias do General Antônio de Spínola (colocava grande ênfase no treinamento de um elite político-administrativa que acompanhasse o período de criação de um novo Estado) e os outros dois, talvez por terem servido pessoalmente no território timorense, Mota e Jonatas, encontravam-se mais compromissados com a causa de autodeterminação e independência num sentido muito maior do que o proposto por Spínola.⁴³

Ao chegarem em território timorense, o comitê português encontrou partidos fundados e já em embates políticos.

⁴³ Estas informações sobre os nomes dos enviados para o Timor podem ser encontradas em TAYLOR, J. G. *op. cit.*, p. 38.

2.2. UDT

Novo movimento - dentro página

Embora as mudanças em Portugal tivessem obtido pouco impacto na vida colonial do interior da ilha, conseguiu atear para a esfera pública internacional a chama emancipativa crescente em Timor desde os primeiros anos após a segunda guerra mundial.

Mesmo antes do 25 de Abril, a elite educada através de reuniões clandestinas entre administradores e estudantes, fundou o MORELTI (Movimento Revolucionário para a Libertação de Timor), com as notícias da Revolução dos Cravos, rapidamente fundaram (em 11/05/1974) a UDT (União Democrática Timorense) cujo programa previa *"a independência para o povo*



Fig. 11 Bandeira da UDT

direcionada à uma federação com Portugal (...) e rejeição da integração de Timor com qualquer país estrangeiro em potencial". O partido representava bem os ideais de seus principais líderes, era conservador e favorecia a supremacia portuguesa. Inicialmente advogava laços contínuos com a ex-metrópole, em oposição ao colonialismo explícito. Sendo o primeiro partido a ser formado, também foi o que ganhou mais popularidade, devendo-se a isso em grande parte o apoio de alguns líderes liurais.

Deste partido faziam parte a elite administrativa, donos de plantações e algumas elites indígenas que apoiavam uma contínua associação com Portugal. Seus principais representantes e fundadores, Mário Carrascalão (depois apontado como governador de Timor Leste quando este se encontrava sob o domínio indonésio e atual presidente deste partido) era um engenheiro florestal e plantador de café, Augusto César Mouzinho (então o prefeito de Dili), Francisco Lopez da Cruz (que depois se tornaria o conselheiro chefe do então presidente Suharto) e Domingos de Oliveira (correntemente Secretário Geral da UDT), estes dois últimos eram oficiais do exército em Timor, e o irmão de Carrascalão, João Carrascalão (agora presidente da UDT e membro do gabinete da UNTAET, responsável pelo setor de infra-estrutura) haviam sido também líderes do

único partido permitido pelo governo português. Houve, em seu berço uma dissidência no que dizia respeito aos objetivos do partido, uma divisão nos interesses de setores diferentes da elite timorense. Havia o grupo de pessoas que ocupavam cargos de confiança e preferiam que a ilha permanecesse com seus laços com Lisboa; a outra parte do partido, visando uma esfera de rendas maiores que poderiam ser obtidas na diversificação de laços comerciais que poderiam se estender além do que permitia Portugal, advogava a independência. No decorrer dos fatos eles começaram a apoiar uma eventual independência. Estas duas partes chegaram a um comum acordo em Maio de 1974, quando foi lançado o programa do partido e este se propunha a uma *“autodeterminação do povo timorense com direcionamento à uma federação com Portugal com um estágio intermediário para a obtenção da independência.”*

2.3. ASDT/ FRETILIN

O segundo partido a se formar foi a ASDT (Associação Social Democrata timorense), fundada em 20 de Maio de 1974, cuja maioria dos partidários era residente em Dili e muitos deles de famílias liurais. Seu programa era baseado na doutrina do socialismo e democracia. O partido previa uma descolonização gradual, assistida por programas políticos, econômicos e sociais que duraria um período que variaria entre 8 e 10 anos para poder dar ao país as condições básicas de sobrevivência. No dia onze de Setembro deste mesmo ano, a ASDT passou a se chamar FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor Leste Independente). Havia três diferentes correntes dentro do próprio FRETILIN:



Fig. 12 Bandeira do FRETILIN

a) Uma composta por um segmento do partido que tinha como modelo a social democracia da Áustria e Escandinávia dos anos 60 e 70;⁴⁴

b) Outra facção combinava um anti-colonialismo fervoroso com noções de auto-existência econômica e desenvolvimento político baseado nas experiências angolanas e moçambicanas. Essa facção se tornou mais forte com a entrada de oficiais das forças armadas, particularmente, no ano de 1975.⁴⁵⁴⁶ Ambas estas colônias tiveram, como em Timor, um colonialismo costeiro, verificando-se assim, neste século a coexistência do capitalismo e do tribalismo;

c) A terceira corrente era aquela que seguia os ideais marxistas dentro do contexto de Timor, a maior parte de seus representantes estava politicamente envolvido

⁴⁴ A social democracia é uma ideologia política que advoga uma transição passiva e evolutiva da sociedade do capitalismo para o socialismo, utilizando processos políticos estabelecidos. Baseada no socialismo do século XIX e em Marx e Engels, a social democracia divide suas raízes ideológicas comuns com o comunismo mas descarta sua característica militante e totalitária. Era originalmente conhecida como revisionista porque representava uma mudança básica na Doutrina Marxista, primeiramente em seu repúdio ao uso de uma revolução para estabelecer uma sociedade socialista. Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=70219&tocid=0>>.

⁴⁵ O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) foi fundado em 1956 com a ajuda do Partido Comunista Português, que então se encontrava na clandestinidade, e a partir de 1962 começou a ser liderado por Agostinho Neto. Numa entrevista à revista portuguesa EXPRESSO dada em Londres, em Maio de 1975; assim o líder angolano (formado em Medicina) descreve o conteúdo ideológico do movimento que presidia então: *"O nosso movimento (...) tem como fundo ideológico a preocupação de libertar o nosso povo do colonialismo e para isso baseia-se em dois princípios fundamentais: 1º, que é necessário trabalhar com a s massas, que é preciso que as massas populares se movimentem, que elas deem o seu esforço para a libertação do país. Em 2º lugar, pensa responder duas questões essenciais: Quem é o inimigo e quem é o nosso povo. Quem é o inimigo? (...) é o imperialismo, que é o neocolonialismo. 'WE o colonialismo. Quem é o nos povo? Pensamos que é o operário, o camponês, o pequeno burguês, é o burguês patriota, é a intelectualidade. (...) O nosso movimento preconiza a independência imediata e completa.."*

⁴⁶ Em 1962, representantes de um grupo de exilados moçambicanos, se encontraram em Tanganyika e fundaram a FRELIMO (Frente de Libertação Moçambicana) com Eduardo Mondlane como líder. Na declaração feita pelo comitê executivo da FRELIMO sobre a situação em Portugal (27/04/1974), publicada em 13/05 pelo Diário Popular em Lisboa, podem ser lidas as seguintes passagens: *" (...) o inimigo do povo moçambicano não é o povo português, ele próprio vítima do fascismo, mas o sistema colonial português. (...) do mesmo modo que o povo português tem direito à independência e à democracia não se poderá negar ao povo moçambicano os mesmos direitos. (...) Os nossos objetivos da FRELIMO são bem claros: a independência total e completa do povo moçambicano, a liquidação do colonialismo português."*

com os acontecimentos da Revolução dos Cravos. Foram eles que levaram a cabo o programa de educação no interior, e eram, em sua maioria estudantes em Portugal.

Ambos partidos eram encabeçados por pessoas pertencentes às elites urbanas educadas aos moldes portugueses. Contudo, os representantes do primeiro faziam parte de um nacionalismo interessado, no sentido em que queria manter a velha ordem da supremacia portuguesa na ilha, claro que transferindo o invólucro luso para suas próprias casas. Eram pessoas de lugar de destaque na economia e política. Tinham bens e grande influência junto as decisões que eram tomadas em Portugal (referentes à ilha) e em Timor.

À esta parcela da população não interessava ver o povo pobre da montanha educado, tomando parte das decisões nacionais, nem muito menos, como acusariam mais tarde os principais membros deste partido, com ligações comunistas e socialistas dentro e fora da ilha.

O segundo grupo de militantes, era em sua maioria estudantes que haviam estado em Portugal, ou nas colônias portuguesas no período guerra de independência destas colônias. Faziam parte de um nacionalismo muito mais ligado à interesses na esfera internacional, aos acontecimentos nacionalistas no Império Português, ao contemporâneo avanço do comunismo e socialismo como sistema de governo nos diferentes países, principalmente naqueles asiáticos.

Um importante dado quanto aos membros deste último partido era a idade de Xavier do Amaral (primeiro presidente da ASDT), que contava 37 anos e, mesmo assim, ele era o afiliado mais velho. A idade média era de 27 anos. Em sua maioria eram membros do serviço do governo, administradores ou professores. Apesar de contarem muitos deles com funções parecidas com a dos membros da UDT, os partidários da ASDT eram de uma outra geração, filhos, na grande maioria da Guerra Fria, que estavam muito mais inseridos no contexto do conflito bipolar que teve início após a Segunda Guerra, acompanhavam as mudanças internacionais, a queda do Império português na África e as notícias de nações socialistas na Ásia. Aquela parcela da elite que estava ligada com a UDT, fazia muito mais parte da geração que assistiu os horrores da ocupação japonesa no

período de guerra, o que interrompeu os 'esforços' que Portugal vinha fazendo no sentido de trazer melhorias para a ilha. Foram exatamente estas pessoas ou, mais diretamente, seus pais os maiores beneficiados com as conseqüências do período de pacificação portuguesa em Timor. Foram as primeiras famílias educadas para ocuparem cargos administrativos, suas ruas foram as que receberam estradas e suas casas, o serviço de saneamento básico, foram também os primeiros beneficiários dos hospitais, entre outros avanços que foram trazidos à costa da ilha. Conseqüentemente, sua situação econômica e social era muito mais arraigada aos costumes da metrópole e/ou à conjuntura que esta lhe propiciou com os programas da pacificação, continuados com Salazar.

Outra diferença crucial no nacionalismo desenvolvido entre os dois partidos é o que se refere ^{na} abordagem destes em relação à população timorense. Enquanto a UDT mostrava pouco, se não nenhum, interesse em relação aos moradores não costeiros da ilha, estendendo a propagação de sua campanha somente aos reinos costeiros onde viviam os liurais, o FRETRELIN agia tanto como partido, no sentido que representava as aspirações políticas de uma parcela da sociedade, também se comportava como movimento social, com programas de alfabetização, valorização da cultura popular nacional ^{entre outros}.⁴⁷ Era influenciado pelo exemplo dos movimentos de liberação das outras colônias portuguesas, especialmente do PAIGC de Amílcar Cabral em Guiné Bissau e FRELIMO em Moçambique. Pediam expropriação de terras, a inclusão de terras férteis sem utilização no sistema cooperativo, a implementação de reforma agrária e a diversificação da monocultura. Seus membros viajavam até os vilarejos apresentando o programa partidário pela independência.

Fizeram incursões pelo país já no ano de 1974, na tentativa de coletar dados para o primeiro livro alfabetizador que foi editado sob o título *Rai Timur Rai Ita Niang* (Timor é o meu país, na língua franca, Tetum), foi escrito por um dos membros do partido, Antônio Cavarinho, baseado no Método Paulo Freire.⁴⁸ Em 1975, se organizaram

⁴⁷ Segundo o Aurélio: Partido *sm*. 1. Organização cujos membros realizam uma ação comum com fins políticos. 2. Associação de pessoas unidas pelos mesmos interesses, ideais, objetivos.

⁴⁸ O Método Paulo Freire foi introduzido em seu trabalho seminal chamado de Pedagogia do Oprimido, da década de 1970. Freire iniciou seu trabalho com 5 adultos analfabetos e os alfabetizou em cerca de 30

as Brigadas Revolucionárias, que eram a implementação permanente em cada vila dos agentes que colocavam em prática as campanhas de alfabetização e saúde. Foi nestes setores que a facção marxista do partido ficou mais aparente

Com esta ação, os educadores pretendiam além de alfabetizar, mostrar a população timorense a realidade política vivida na costa da ilha. A língua utilizada pelos membros do partido - tetum - e a não a língua portuguesa (já que esta era a língua falada pelos principais líderes do partido, provenientes da elite educada nas escolas portuguesas), transformou o objeto de desprezo dos portugueses - a língua e cultura dos colonizados - em um novo símbolo do movimento de independência. Falar tetum significava apoio à causa nacional e revolta contra qualquer outro país que desejasse penetrar em Timor.

*Originalmente uma língua usada pelos habitantes mais pobres das colinas do interior, os Mambai. (...) Os portugueses utilizavam a palavra Maubere para designar estes habitantes. O FRETILIN pegou esta palavra e a tornou símbolo do que o movimento representava.(...) A palavra maubere significa "meu irmão", se tornou um refrão, um grito pela unidade timorense, pois ser mau bere era ser filho de Timor.*⁴⁹

O FRETILIN também juntou-se à população mais carente com o objetivo de promover avanços nas áreas rurais, com a conscientização da mesma da necessidade das cooperativas para o avanço econômico da ilha. Os militantes orientaram, desde 1974, a implantação das mesmas no interior do território. Além destas ações, o FRETILIN

horas, usando método próprio. A partir de pesquisa sobre o universo vocabular dos alunos, eram selecionadas palavras geradoras que davam origem a debates, organizando-se temas de interesse dos alunos. Após esta etapa, as palavras aliadas a imagens eram subdivididas em sílabas que, reorganizadas, davam origem a outras palavras. Seu método partia do princípio de que era necessário uma aproximação da cultura e do vocabulário dos educandos, desvelando-se a realidade subjacente às palavras geradoras em debates. Dos debates e da força das palavras geradoras chegava-se ao domínio do código escrito. Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=124957&tocid=0>>

⁴⁹ TAYLOR, op. cit. , p. 42.

divulgava e promovia a cultura local ao encorajar a criação de poemas nacionalistas, músicas e danças.

Na mesma época em que se fundava o APODETI, José Ramos-Horta foi enviado à Indonésia, onde foi assegurado pelos poderes nacionais que aquele país apoiava a causa timorense, logo depois, na Austrália, foi recusado um encontro ou qualquer afirmação oficial que favorecesse Timor.⁵⁰ Entretanto, Ramos-Horta conseguiu o apoio de grupos da Igreja, sindicalistas e membros do parlamento.

Quanto à situação partidária nesta época, Taylor comenta que efetivamente existiam dois partidos concorrendo pelo apoio popular, e um criado pelos indonésios para seu próprio propósito.⁵¹

3.4. APODETI e o interesse indonésio em Timor

Após a Segunda Guerra, o mundo se viu diante de duas esferas de influência, uma liderada pela União Soviética e outra pelos Estados Unidos, representando, respectivamente o comunismo e o capitalismo. Começava o tempo da Guerra Fria.

Do lado russo, a URSS, apesar de passar por crises internas decorrentes da própria guerra, tinha anexado um grande número de países, os quais havia ajudado a libertar do exército nazista. Assim, países como a Polônia, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Romênia e ~~a Bulgária~~ passaram a organizar-se segundo as diretrizes soviéticas. A criação do COMECON (1949) foi depois complementada pelo Pacto de Varsóvia

⁵⁰ Esta ida do jornalista e um dos líderes da ASDT foi, em grande parte e principalmente, resultante do discurso do Presidente do Parlamento Indonésio, John Naro, onde o mesmo dizia que o dever do seu país deveria ser o de desenvolver uma política especial no Timor português para que finalmente a área pudesse retornar ao controle indonésio. Dado que isto foi dito quase que simultaneamente com a formação do APODETI, os partidários da independência quase entraram em pânico: já que até este ponto, todas as pronunciações oficiais de seu vizinho favoreciam a independência de toda e qualquer colônia, incluindo o próprio Timor Leste.

⁵¹ TAYLOR, op. cit., p. 28

que não foi dito o que é isto

faz-se necessário um nexo e o q nem sendo tratado.

?
?

(1955), consolidando a supremacia soviética sobre estas regiões e dando origem ao chamado Bloco Socialista.⁵² ⁵³ A União Soviética também patrocinava Partidos Comunistas fora de sua área de atuação, visando com isso uma mudança nas estruturas políticas e econômicas que estes partidos poderiam incitar dentro de seus territórios, levando-os a se aliar ao eixo soviético.

Do lado americano a política era um tanto parecida com a de seu adversário, só que, dadas as condições ^{em} que os Estados Unidos saíram da guerra, a política do patrocínio às nações arrasadas pelo confronto mundial, contou com uma soma muito maior de dinheiro e um elo econômico com este país que dura até os dias atuais. O Plano Marshall, que sistematizou a ajuda econômica dada para a reconstrução da Europa chegou ao 17 bilhões de dólares divididos entre a Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Holanda, Noruega, Suécia, Turquia, Portugal e Luxemburgo. Disfarçadas na forma de ajuda financeira, cada país tentou se estender ao máximo nas regiões mais longínquas, com o objetivo de ampliar suas área de influências.

Não é difícil perceber porque estas nações aceitavam passivamente as ajudas monetárias - que vinham acopladas à interferência nas decisões políticas e econômicas - de cada um dos lados envolvidos na disputa bipolar; estas nações se encaixavam facilmente em uma das duas possibilidades a seguir:

⁵² O COMECON, ou CAME (Conselho de Ajuda Mútua Econômica), foi introduzido no dia 25 de janeiro de 1949, como resposta ao Plano Marshall e à Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), como marca maior do internacionalismo soviético na economia. Apenas seis estados faziam parte do organismo: além da própria União Soviética, a Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tcheco-Eslováquia. Em 1950, seria incorporada a República Democrática Alemã. Em 1962, o ingresso da Mongólia representou o primeiro passo para uma integração não-européia do COMECON. Em 1964, foi assinado o acordo com a República Federativa Socialista da Iugoslávia. Entre 1956 e 1958, Coreia e República Democrática do Vietnam e conseguiram o *status* de observadores. O último país a ingressar foi, em 1972, Cuba.

⁵³ O Pacto de Varsóvia - Tratado de Assistência Mútua da Europa Ocidental - foi firmado em 1955, em pleno ambiente da Guerra Fria. Assinado pelos países socialistas da Europa oriental, seus objetivos são semelhante aos da OTAN: ajuda militar em caso de agressões armadas na Europa; consultas sobre problemas de segurança e colaboração política. Vê-se, então, que o Pacto de Varsóvia é uma aliança militar. Compõe-se de tropas dos países-membros e tem sede em Moscou. Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=78155&tocid=0>>

a) Nações destruídas pela guerra, arrasadas econômica e socialmente pelo conflito. A grande maioria eram peças chave no conflito indireto que se seguiria algumas décadas adiante entre a União Soviética e os Estados Unidos;

b) Ex-colônias que iniciaram seu processo de independência no período após a Guerra e que encontravam-se em dificuldades e crise para se estabelecerem como tal, situação esta piorada pelo fato de que suas metrópoles se achavam empenhadas na tarefa de reconstrução e não poderiam mais seguir com os gastos com a administração destes territórios.

O clima de antagonismo entre as duas superpotências foi crescendo estimulado pela propaganda e espionagem, aumentando depois dos testes atômicos soviéticos, os quais evidenciaram o perigo que seria um confronto direto.

No segundo ponto se encaixa a Indonésia, país-arquipélago do oriente, vizinho do Timor.⁵⁴ Os Estados Unidos tentaram então ocupar o espaço deixado pela Holanda. Na verdade, a nação norte-americana faria da mesma maneira com a Indochina e Malásia, trazendo para o seu meio estas áreas estabelecidas ainda no Imperialismo. Neste sentido, se conquistava maior número de consumidores de produtos da crescente indústria americana e se evitava o avanço comunista na Ásia.

A Indonésia havia sido colônia holandesa desde o século XVI e havia passado pela violenta ocupação japonesa ^{na} da Segunda Guerra. A natureza da ocupação nipônica na Ásia ~~fomentou~~ fomentou as discussões nacionalistas no território. Em 1945, foi proclamada a independência indonésia sob a chefia de Ahmed Sukarno. Mas só em 1949, com o apoio das Nações Unidas foi que o país conseguiu se sobrepôr a ameaça de recolonização holandesa.

⁵⁴ Segundo a Enciclopédia Britânica, A Indonésia é o país mais populoso no Sudoeste Asiático. Sua vantagem advém da localização privilegiada entre as principais áreas da Ásia e Austrália. Como tal, o país tem um papel crítico no desenvolvimento de sua região no mundo. Por causa de seu tamanho e importância, principalmente, mantêm-se ativa em grupos regionais e internacionais como a Associação dos Países do Sudoeste Asiático (em inglês, ASEAN), na Comissão Social e Econômica para a Ásia e o

Em 1955, o antigo território holandês chefiou a Conferência de Bandung, onde as colônias africanas e asiáticas se estabeleciam como o Terceiro Mundo e advogavam o direito de autodeterminação de seus povos.⁵⁵ A autora Linhares aborda o tema desta conferência da seguinte maneira

O desencadeamento da descolonização fez surgir uma estratégia dos países que emergiam, na Ásia e na África. Em 1955, em Bandung, na Indonésia, reuniram-se 29 desses países que se apresentavam como o Terceiro Mundo. Promunciaram-se pelo socialismo, pelo neutralismo, mas também contra o Ocidente e contra a União Soviética, e proclamaram o compromisso dos povos liberados de ajudar a libertação dos povos dependentes. O 'espírito de Bandung' permaneceu por mais de uma década acompanhando a seqüência dos movimentos de libertação.⁵⁶

Apesar disto tudo, o centralismo de Sukarno provocou levantes da população muçulmana do país, conduzindo a um endurecimento do autoritarismo e repressão, culminando com a dissolução do parlamento e partidos políticos em 1959. Em 1965, logo após uma tentativa de levante comunista - o qual foi rebatido impiedosamente - o General Suharto destituiu Sukarno, conectando o poder a um pequeno grupo de oficiais e da polícia de segurança do Estado. A ditadura estabelecida pelo General é até hoje lembrada por o número de violações dos direitos humanos, não só em seu território

Em outras ref. aparece em maiúsculas.

Pacífico (em inglês, ESCAP), a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e as Nações Unidas. Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=109267&tocid=0>>.

⁵⁵ Esta conferência se realizou entre 18 e 24 de Abril de 1955. Ao todo foram enviados 29 delegados que, juntos, representavam mais da metade da população mundial. Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article?eu=12297&tocid=0>>.

⁵⁶ LINHARES, Maria Yedda. A Luta contra a Metrópole (Ásia e África), p. 65 (apud PAZZINATO, Alceu, SENISE, Maria Helena, op cit, p. 328)

ou ao seu povo, lembrando que, a partir da anexação do Timor Leste, os delitos se expandiram para além de suas fronteiras.

Para os países capitalistas ocidentais, a Indonésia, com sua forma e política de governo completamente direcionadas aos Estados Unidos (batizadas de *NEW ORDER*), representava não só um aliado mas também um grande armazém de recursos naturais, mão-de-obra barata e milhões de consumidores. Como resultado destas combinações, Taylor fala que este país garantiu para si apoio econômico, militar e político durante toda a Guerra Fria.⁵⁷

Por estas razões é que se entende que faz-se necessário uma explicação à parte sobre este assunto, dado que o APODETI era uma forma de infiltração da inteligência indonésia em Timor, aliado com o BAKIN, este pequeno partido teria grande importância no acontecimentos que levaram à independência e a anexação que se sucedeu a esta.⁵⁸ Na verdade, o APODETI representava mais do que somente interesses indonésios na área. Era também a colher dos países ocidentais que mexia na panela quente da política timorense nas décadas de 1960 e 1970.

Havia o interesse das companhias de petróleo na conhecida 'Falha de Timor'⁵⁹ aliado ao interesse no crescimento do sudeste asiático e possibilidade do que era chamado durante a Guerra Fria de 'avanço vermelho', ou seja, a possibilidade de um Timor independente se juntar ao eixo comunista acompanhando as opções de países de sua região e do direcionamento político-ideológico das recém independentes colônias africanas.⁶⁰

⁵⁷ A formação da Nova Ordem (*New Order*) se caracterizou por uma crescente militarização de todas as esferas da vida social e num direcionamento político baseado na elite militar de Java. Qualquer cargo de alguma importância

⁵⁸ BAKIN (*Badan Koordinasi Intelijens Nasional*) Corpo Coordenador da Inteligência Nacional (Indonésia)

⁵⁹ Este interesse é bem descrito num artigo sobre legalidade de Roger Clark e (para um conhecimento mais aprofundado do assunto) no livro *Is Oil Thicker than Blood?*, escrito por George Aditjondro.

⁶⁰ Sobre o apoio dado aos indonésios em meta de anexação, Matthew cita alguns diplomatas, como por exemplo, o da Embaixada Inglesa em Jákarta:

"Certamente, vista daqui, é interesse da Inglaterra que a Indonésia absorva este território o mais rápido e não problematicamente possível, e se acontecer algum

Que é?

Que é isso?

?

1

É dentro deste contexto internacional que nascerá o movimento pela integração de Timor Leste à Indonésia; secretamente iniciado ainda na década de 1960 mas só parcialmente oficializado durante a formação partidária com o APODETI.

Fundado após uma reunião de 30 a 40 indivíduos em Julho de 1974, o terceiro partido, a Associação para a Integração de Timor na Indonésia foi fundada um pouco depois da USDT, entretanto, para fins mais populares e menos impactantes, logo depois de sua formação, trocaram o nome para Associação Popular Democrática Timorense, APODETI. Seu manifesto previa a integração autônoma à Indonésia, a qual muito prontamente recebeu o apoio e patrocínio indonésio nesta causa. O partido parece ter sido obra da inteligência indonésia, já que três dos seus principais líderes eram contribuidores de longa data com o BAKIN (o serviço de inteligência do exército indonésio) e destes, dois foram apontados como governadores logo após a anexação em 1975. Os homens de maior nome dentro do partido eram Guilherme Gonçalves - um líder liurai da área da fronteira com o Timor indonésio -, Arnaldo dos Reis Araújo - morava no sul da ilha e era criador de gado - e Osário Soares - professor e oficial administrativo. Em seu manifesto, o partido fala sobre, segundo Walsh, a falha do colonialismo português em Timor.

Havia uma rede de informações dentro de Timor, sistematizada por simpatizantes da causa integralizadora dentro da ilha e encabeçada por membros do BAKIN, os quais formularam um plano denominado "Operação Komodo", em homenagem ao dragão de Komodo, originário daquela região. Com planos de aumentar a popularidade do APODETI e minar as expectativas do FRETILIN, BAKIN e seus aliados esperavam tornar inevitável a ocupação. Algumas das táticas empregadas incluíam:

problema maior, levando isto às Nações Unidas, nós devemos manter-nos quietos e evitar ficar contra o governo indonésio"

E a do embaixador da Austrália em Jakarta (Agosto de 1975), Richard Woolcott:

"A posição da Austrália é mais pragmática do que principiosa pois isto é o que interesse nacional e política estrangeira realmente é.(...) Seria muito melhor negociar com a Indonésia ... do que com Portugal ou com um Timor independente"

solicitação de apoio internacional, disseminação da propaganda do partido apoiado pelos indonésios, descrédito pelo FRETILIN entre outros.

3.5. Outros Partidos

Apesar dos outros partidos terem sempre representado a maioria absoluta daqueles que efetivamente tomavam as principais decisões políticas do país, houveram também 3 outros partidos. O KOTA (*Kilbur Oan Timur Aswain*), significando “filhos dos guerreiros das montanhas), era filiado com o Partido Popular Monarquista da metrópole, postulava a restauração dos poderes aos liurais, os quais poderiam traçar suas origens de volta aos Topasses para poder constituir uma monarquia democrática, com o rei sendo eleito entre os próprios liurais. Este partido e o Movimento Trabalhista Democrático Timorense não tinham programa (este último possuía apenas oito membros). A Associação Democrática Integração Timor Leste/Austrália (ADLITA) recebia dinheiro por promessas de integração. Sua existência foi a mais efêmera entre os menores partidos pois a Austrália desistiu da idéia antes do fim de 1974.

Dos partidos, KOTA e o Partido Trabalhista foram mencionados depois pelas autoridades indonésias com o propósito de evocar que quatro dos cinco partidos, o que supostamente seria a maioria dos timorenses, haviam feito uma petição pela integração durante a guerra civil que se seguiu pouco antes da declaração de independência.

4 - Os Embates Políticos até a Independência

Em Dezembro de 1974, os três partidos foram convidados por Lisboa para aconselhar o país em como descolonizar Timor Leste, onde seria debatido com os partidos políticos a transformação da administração em um governo transitório. A APODETI recusou a participar, alegando que seus objetivos não eram estes mas sim de anexação à Indonésia.

Os representantes do MFA ^{O que é?} ao chegarem ao Timor, apesar de possuírem idéias diferentes sobre como seria posta em prática a eventual independência da colônia portuguesa, conseguiram elaborar um comum acordo e uma estratégia geral com os dois partidos que participaram destas reuniões no início de 1975. Basicamente, o plano consistia em criar condições favoráveis para a transição entre colônia e território independente através de campanhas de alfabetização, processos democráticos, valores nacionais e um desenvolvimento básico da infra-estrutura econômica.

Entretanto, o maior temor era que os embates entre FRETILIN e UDT acabassem por deteriorar este processo, atrapalhando o trabalho das elites educadas nos moldes portugueses. Portanto, com o intuito de evitar tais problemas foi que os emissários da metrópole resolveram apoiar uma coligação entre os partidos. Rapidamente foi criado um Comitê de Descolonização, no qual os três principais partidos poderiam tomar parte. Mais uma vez, a APODETI se recusou a aceitar o propósito português. A partir daí os outros dois iniciaram as primeiras conversas sobre o tema. Como apontado por Taylor, o FRETILIN haveria sugerido isto antes, mas a proposta foi rejeitada por a UDT, a qual, à época, se encontrava como mais aceitação do que o primeiro partido. Na verdade, essas negociações acerca de uma possível coligação nunca teriam acontecido não fosse pela pressão exercida pelos representantes portugueses, pelo grande crescimento do APODETI (não em número de apoio populacional, mas sim na ajuda monetária e política advinda da Indonésia) e o seu conseqüente ataque aos partidos pró-independência. Assim a coligação

foi aceita em meados de Janeiro e, dois meses depois foram publicadas as propostas para um governo transitório.

Quando publicadas, estas propostas pediam um governo com igual representação dos dois partidos e do governo português para ser transitivo por três anos depois dos quais eleições gerais seriam feitas para uma Assembleia Constituinte.⁶¹

Em Maio deste mesmo ano, a coligação e os representantes do MFA (Movimento das Forças Armadas; responsável pela revolução dos Cravos) entraram em acordo e decidiram que um governo transicional seria estabelecido em Outubro daquele mesmo ano e que haveriam eleições para a constituinte em no-outono de 1976.

Com o trabalho em conjunto dos outros dois partidos, a Operação Komodo foi bastante enfraquecida e a nova tática da ABRI eram os exercícios simulados em Sumatra e também falsos rumores sobre traições entre os membros da coligação UDT-FRETILIN. Isto abalou os alicerces estratégicos comuns entre estes dois últimos e assim, a Indonésia conseguiu abrir espaço para uma eventual infiltração do APODETI entre os membros mais conservadores da UDT.

Desde os primeiros momentos de coligação, ficou claro a supremacia do partido mais popular sobre o outro. A UDT, que teria sido o primeiro partido a se formar e, em certo ponto, havia conseguido um maior apoio, se perdia dentro da força do movimento político e social do FRETILIN, muitos de seus membros apoiavam a coligação e tinham optado, dentro dela, pelas medidas fretilistas. Os principais líderes da UDT não viam com bons olhos o que se estava desenrolando, principalmente Lopez da Cruz, presidente do partido, e Augusto Mousinho. O APODETI, percebendo a força que a união

⁶¹ TAYLOR, Emergence of Political Parties in Timor (In: *East Timor: the price of freedom*), p.39.

dos outros dois partidos originou, resolveu tomar novas medidas dentro da Operação Komodo, consistindo em atrair estes líderes insatisfeitos da UDT para o seu lado. Em poucos meses, as visitas dos mesmos à Jakarta tinham ficado cada vez mais freqüentes, sendo, inclusive, oficial que Mousinho e Oliveira chegaram a afirmar que os líderes da UDT não se oporiam caso o povo optasse pela integração. Com o avanço dos meses de 1975, as diferenças entre a UDT e o FRETILIN estavam tornando inviáveis a continuação da coligação entre os dois partidos, especialmente por que, do lado mais conservador da UDT se achava que a política estava sendo invadida por comunistas, e do lado marxista do FRETILIN, se cria na possibilidade de , sozinhos, fazerem uma abordagem independente rumo ao sucesso de seus ideais.

Com a nova tática Komodo dando certo, o APODETI poderia assegurar o apoio dos líderes da UDT, a divisão e o enfraquecimento da coligação. Esse impasse interno impediu a presença do FRETILIN nas discussões que seriam realizadas em Macau. Como consequência direta desta ausência, a UDT e a APODETI puderam criticar livremente o terceiro partido na arena internacional, contando inclusive com a presença de representantes indonésios que, junto com os outros presentes nas discussões, ajudaram a denegrir a imagem deste e com isso, construir a versão de um partido totalmente marxista em Timor.

Em Maio de 75, a UDT se retirou oficialmente da coligação, certamente influenciada por membros da Operação Komodo e pelo ressentimento com o sucesso do outro partido da coligação.

A opinião mútua entre UDT e APODETI agora era que nunca se chegaria a uma independência reconhecida internacionalmente sob a tutela do FRETILIN e que a única maneira de se conseguir isto seria expurgando o pensamento comunista da ilha. Em Agosto, a Indonésia passou falsas notícias de forças comunistas e terroristas estrangeiros entrando na ilha para ajudar o FRETILIN. No começo de Junho muitas pessoas deixaram o enclave de Oecussi com medo de um movimento que seria liderado pelo MFA e o

FRETILIN. Tropas indonésias invadiram o enclave para 'restaurar a ordem' e, em Junho de 1975, General Suharto, finalmente, leva à público: "*Timor Leste é inviável*".

Entre 9 e 10 de Agosto, membros da UDT organizaram demonstrações com pedidos de expulsão aos comunistas. Na manhã do dia 11, UDTistas haviam tomado os quartéis policiais, as comunicações com a ilha e o aeroporto. Também aprisionaram o chefe da polícia portuguesa, Brigadeiro Maggioli Gouveia e o ameaçaram de morte caso suas forças não se aliassem à UDT.⁶² A notícia que correu internacionalmente foi a de que a UDT havia tomado Dili para prevenir um massacre comunista.

No dia 13, a UDT oficializou suas exigências, que previam a expulsão dos comunistas da administração do FRETILIN e um encontro com a facção moderada deste partido para se construir um novo movimento de independência. A isto se seguiram prisões de membros do FRETILIN e um rápido avanço em direção aos pontos onde existiam as Brigadas Revolucionárias. Se seguiu, então, uma guerra civil de curta duração, inflamada e conjunto entre os representante mais conservadores da UDT, APODETI e membros da inteligência indonésia na Operação komodo. O que a Indonésia imaginava era que, com a guerra civil, e uma quase certa vitória UDTista, o APODETI e a Operação Komodo conseguiriam rapidamente se aproveitar da fraqueza gerada pelo embate entre os dois partidos para colocar em prática a invasão ao território.

Apesar da UDT começar na liderança das batalhas, o FRETILIN rapidamente conseguiu encurralar suas forças na capital e no interior, contando com a ajuda em massa da população e de algumas seções das forças armadas, inclusive uma que deu as chaves do arsenal do país. As forças da inteligência do país vizinho não contavam com a vitória do FRETILIN e tiveram que repensar suas estratégias frente à nova realidade que se instaurava na ilha. Assim, a Indonésia deu início a uma estratégia de fronteiras, onde internamente treinava ataques surpresa ao Timor, e externamente

⁶² Sobre este fato, o que se comenta, mesmo que sem nenhuma prova é que todo este incidente tenha sido pré-arranjado, já que imediatamente depois de sua prisão, o Brigadeiro Gouveia conseguiu colocar cerca de 90 por cento de suas forças aos serviços da UDT.

procurava o apoio de outros países e fazia perenes incursões nas regiões que delimitavam Timor leste do oeste.

Para dar a aparência de uma contínua guerra civil, liderada por um violento FRETILIN, a Indonésia manteve uma estratégia de fronteira. Isto consistia em freqüentes incursões no intento de estabelecer bases na fronteira.⁶³

No fim de Setembro já haviam sido expulsos 500 soldados da UDT e 2500 refugiados para Timor Oeste⁶⁴. A curta guerra civil acabava. Assim, o FRETILIN ficou com as portas abertas para dar início a uma administração nacional, ainda que embrionária.

Imediatamente, o FRETILIN deu início a um governo de fato para preencher o espaço deixado pelo governo português - que tinha se ausentado durante a guerra civil e pediu um Conferência de Paz entre Portugal, Indonésia e Timor. Portugal nunca conseguiu marcar uma data sem adiá-la e o resultado foi que estas conversas nunca se materializaram. A rápida ascensão do FRETILIN até chegar ao controle da ilha, assustou os poderes internacionais que mantinham grande interesse nas relações com a Indonésia.

A principal preocupação do FRETILIN assim que chegou ao poder foi estabelecer bases sociais para a implementação da independência. Com a guerra civil haviam se perdido muitos dos profissionais que seriam necessitados no período de descolonização, o país não contava praticamente com especialistas nas áreas de saúde ou engenharia para a reconstrução de infra-estrutura. Outra medida foi se apresentar como uma unidade política em vez de se quebrar em facções internas, foi criado também um exército timorense - o FALINTIL como seria chamado - composto principalmente por

⁶³ TAYLOR, op. cit. , p.17.

⁶⁴ Quando estas pessoas, na maioria familiares e correligionários dos líderes UDTistas, passaram para o lado ocidental de Timor, foram obrigados a assinar uma petição pela integração de Timor leste à Indonésia. Depois, esta petição seria apresentada a Suharto como um pedido coletivo do povo de Timor Leste.

peças do exército português em Timor que apoiaram o FRETILIN durante a guerra civil de Agosto.

Entre Novembro e Dezembro os conflitos com a Indonésia se acirraram, principalmente com a ascendência dentro do Timor do chamado Grupo Lobato, composto por ex-participantes do exército português. Estava claro que, rapidamente, a questão militar seria de grande importância. Já que cada vez mais o Timor voltava-se mais para suas necessidades internas e nacionalismo do que para a diplomacia e o âmbito internacional.

Este processo culminou em meados de Novembro quando os indonésios montaram um ataque por vias terrestres, aéreas e marítimas contra a cidade de Atabae, a qual caiu em 28 de Novembro de 1975. Neste mesmo dia FRETILIN declarou independência de Portugal e fundou a República Democrática de Timor Leste, acreditando que uma declaração de independência daria alguma proteção internacional ao país, proclamou-a. Contudo somente quatro ex-colônias portuguesas reconheceram o novo país imediatamente.

Nove dias depois, a Indonésia deslancharia a invasão do território em larga escala.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acontecimentos na ilha nos dois últimos anos antes da anexação indonésia parecem ter sido de fundamental importância para o estabelecimento e a forma da invasão. Para tanto, é preciso ter em mente os poderes e os interesses que ali estavam atuando desde a infiltração das primeiras idéias nacionalistas oriundas dos movimentos de independência na África, os quais entraram realmente em jogo após a certeza de que a autodeterminação poderia realmente virar realidade.

No panorama internacional, a ONU através da Resolução número 1514 (XV) da Assembléia Geral em sua 15ª sessão, intitulada *Declaração da garantia de independência aos países e povos coloniais* (ver Anexo VII) já expressava a nova tendência mundial das décadas que se seguiram a Segunda Guerra Mundial no ano de 1960.

Do lado dos colonizadores o que se podia perceber era que os países sob o seu comando já estavam dependentes economicamente, bastando-se isto para que os laços se prolongassem por longas datas por vir. Além disto, havia o super poder dos Estados Unidos que, além de ter bancado a reestruturação da maioria destes países no pós-guerra, estava à caça de novos mercados, principalmente nestes territórios que não dispunham da tecnologia necessária para manter suas eventuais independências.

Do lado dos colonizados, pouco a pouco suas populações foram percebendo a discrepância existente entre os princípios defendidos e as práticas administrativas das suas metrópoles. Além de ser um movimento de cunho político e jurídico, esta nova luta nacionalista, que tomou fôlego na segunda metade do último século, se contrapunha também ao racismo e ao próprio imperialismo. Os acontecimentos da guerra, a divisão do globo em dois blocos de influência, sob a égide dos poderes americanos e russos, despertou um movimento de caráter e ideologias mais abrangentes do que os movimentos nacionalistas da América Latina dos séculos XVIII e XIX, ou aqueles destes próprios territórios (porém em décadas anteriores à Guerra).

O sentimento nacionalista nestas colônias na Ásia (no caso de Timor Leste) foi reforçado pela ocupação japonesa no período da guerra (ver Anexo VI) e, mais tarde, pelo

apoio soviético aos partidos comunistas criados no seio destes movimentos de autodeterminação e o seu embate ardoroso com as tendências pró-ocidentais (no caso do papel exercido pela APODETI) e/ou nacionalistas moldadas segundo o desejo de suas metrópoles.

Apesar do que advogava a Resolução 1514 (XV), o que aconteceu nas colônias desde então ~~foi~~ bem diferente. Na grande maioria destes territórios não houve uma preocupação em se criar *condições de estabilidade e bem-estar (...) e relações pacíficas* para que se pudesse levar a cabo o direito de autodeterminação destes povos. Muito menos própria ONU fez pouco mais do que redigir estas resoluções e, na prática, o que aconteceu foi que cada um dos territórios coloniais acabou resolvendo suas reivindicações nacionalistas como bem lhes coube a sorte.

Timor Leste é um ótimo exemplo dos acontecimentos internacionais, ideológicos e políticos de sua época, no que está inserido sua declaração de independência. O território passou por diferentes movimentos nacionalistas. Podemos utilizar como exemplo o que ocorreu com os homens de Don Boaventura (ver Anexo I), quando do acontecimento da Revolta de Manufahi em 1912; quando houve uma revolta generalizada em um dos clãs da ilha. O que percebemos ao ler a literatura a respeito deste acontecimento é que as idéias de nacionalismo ou independência não pareciam ser claras. O rancor era contra o trabalho forçado pela política da pacificação portuguesa e os baixos preços pagos pelas companhias de exploração de petróleo instaladas naquela região. Mas não se falava na expulsão dos portugueses do território e nem se diferenciava o que era opressão lusa e o que era a australiana. Entretanto, é positivo o fato de que as pessoas que sofriam estas explorações demonstraram um senso de unidade. O que seria muito difícil em outras situações na ilha, dadas a diversidade étnico-linguística no território. Isto poderia ser considerada uma pequena semente do sentimento de união que a dor provocada pela invasão despertaria nos timorenses nas décadas de 1980 e 1990.

Com a elite educada nos moldes da metrópole e direcionada ao controle administrativo da colônia vemos surgir um outro tipo de nacionalismo. Este, sim, em muito

aparentava-se com o sentimento de cunho político das independências na América do Sul e Latina. Uma pequena parcela da população que havia sido educada e 'assimilada' pela cultura de suas metrópoles como "quase europeus" desejava manter seus status sociais e econômicos sem dever maiores impostos ou satisfações aos poderes europeus. Essas idéias nacionalistas não viam lugar para o resto da população de seu território nos benefícios que tomariam para si. Verdadeiramente, os laços de dependência continuariam os mesmos e, cada vez mais, se intensificaria a bipolaridade da realidade que distinguia a elite social costeira, que utilizava-se de uma outra língua e cultura que não a praticada no resto de Timor, da população maubere - como viria a ser chamada a parcela dos habitantes que não gozavam dos direitos, dinheiro ou cultura das pessoas envolvidas nos cargos públicos.

É dentro do contexto mundial que vai desde os acontecimentos da invasão japonesa até o início da Guerra Fria que assistimos o nascimento daqueles que iriam compor um outro tipo de movimento de autodeterminação e que, em anos por vir, iriam de encontro em embates políticos com a geração de nacionalista que os precederam. Esta nova geração estava ligada aos acontecimentos internacionais de sua época, inserida na preocupação mundial da convivência entre comunistas e capitalistas e, mais que isso, mesclavam o sentimento nacional com uma identidade e liberdade perante a globalidade, sem perder nem prescindir de melhorias para com os níveis mais baixos de sua sociedade.

Com a chegada da confirmação dos acontecimentos de (A)bril de 1974 em Portugal (Revolução dos Cravos) na ilha de Timor Leste, podemos delimitar o início propriamente dito do jogo político que culminaria na independência e, logo depois, na invasão e anexação da ilha. A formação partidária ocorrida nos meses seguintes demonstra claramente as vertentes ideológicas que 'brigariam' por sua hegemonia no território: APODETI, UDT e ASDT (que em pouco tempo se tornou FRETILIN) davam forma material ao pensamento de seus líderes.

Trabalhando em conjunto com a Indonésia e tendo o apoio sistemático - mesmo que poucas vezes oficial - dos países desenvolvidos capitalistas do (O)cidente, notamos

nitidamente o papel desempenhado pelo APODETI, o de incitar a anexação de Timor Leste ao país arquipélago que lhe rodeia, usando para isto de meios como a espionagem infiltrada na ilha, operações secretas na fronteira e quebra da aliança que se estabeleceu entre os dois partidos nacionalistas. O interesse na ilha iria mais além do que a sede por mais uma, na grande quantidade ilhas que já faziam parte da nação indonésia, inclusive a parte ocidental da ilha de Timor. O que os países envolvidos direta ou indiretamente na invasão desejavam eram os poços de petróleo localizados no território leste timorense. Para tanto foi que trabalharam em conjunto estas forças, alienando de seus nativos o princípios não só dos direitos humanos como também aqueles estabelecidos em Assembléia na ONU, concernente a autodeterminação dos povos coloniais.

Enquanto a APODETI agia conforme diretrizes internacionais interessadas nas riquezas petrolíficas da ilha, assistimos também duas gerações diferentes de timorenses optarem pelo nacionalismo. De um lado, a UDT, ^{verbo?} representando os interesses locais de alguns administradores e fazendeiros interessados em manter seus postos de comando e posições asseguradas para esta classe principalmente após a pacificação. Do outro, a ação da FRETILIN que agia como partido e, em uma frente mais ampla, como movimento social, tentando enaltecer o sentimento de nacionalismo entre os timorenses, realizando campanhas de alfabetização nas áreas mais carentes do interior, organizando festivais de poesia e música locais, enfim, agindo em prol daqueles que sempre estiveram às margens do direcionamento colonial dado pelos lusos à ilha.

Os acontecimentos que culminaram, primeiramente, na declaração da independência de Timor Leste e depois na anexação da ilha à Indonésia parecem ter sua ambientação material neste ano de 1975, ~~onde~~ ^{quando} clara e materialmente podemos perceber a atuação das três principais correntes político ideológicas que devidamente tiveram poder de interferência não censurada no território. Depois de Dezembro daquele ano, passar-se-iam mais de vinte cinco anos até que alguma outra voz, que não fosse aquela comandada pelos países interessados na ocupação, tivesse vez.

frase
em con-
pleta

BIBLIOGRAFIA E FONTES

6.1. Fontes

WALSH, Pat. **East Timor's Political Parties and Groupings**: briefing notes. Australian Council for Overseas Aid. 2001. Disponível em < <http://www.easttimor.com> >
Resgatado em 02.02.2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **1514 (XV) Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples**. Resolução da Assembléia Geral. 15^a Sessão, 947^a plenária, 12/12/1960.
Disponível em < <http://www.un.org/peace/etimor/docs/UntaetDo.htm> >.
Resgatado em 04.02.2001

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **1541 (XV) Principles which should guide Members in determining whether or not an obligation exists to transmit the information called for under Article 73 e of the Charter**. Resolução da Assembléia Geral. Resolutions adopted on the reports of the Forth Committee, 948^a plenária, 15/12/1960.
Disponível em < <http://www.un.org/peace/etimor/docs/UntaetDo.htm> >.
Resgatado em 04.02.2001

6.1. Bibliografia

ADITJONDRO, George J. **Is Oil Thicker than Blood?** A study of oil companies' interests and western complicity in Indonesia's annexation of East Timor. New York: Nova Science Publishers, 1998.

ANDERSON, Benedict. **Imagining East Timor**. Arena Magazine, n. 4, Fitzroy, 1993.
Disponível em < <http://www.ci.uc.pt/Timor/imagin.htm> >. Resgatado em 05.07.2000.

A QUESTÃO DE TIMOR ORIENTAL: A chamada declaração de Balibó e outras falácias indonésias.

Disponível em <http://www.unitel.net/udttimor/udttimor.html>. Resgatado em 12.08.2000.

BARROS, Edgar L. de. **A Guerra Fria**. São Paulo: Atual, 1984

CAMPOS, Viriato. **TIMOR: A Primeira Terra Portuguesa Aquém da “Barreira do Tempo”**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1967.

CAREY, Peter; BENTLEY, G. Carter. **East Timor at the Crossroads: the forging of a nation**. Hawaii: University of Hawai’i Press, 1995.

CHOMSKY, Noam. **East Timor Retrospective**. Setembro, 1999. Disponível em <http://www.zmag.org/chomsky/index.cfm> Resgatado em 20.08.2000.

_____. **East Timor is not yesterday’s History**. Outubro, 1999. Disponível em <http://www.zmag.org/chomsky/index.cfm> Resgatado em 20.08.2000

_____. **Rogue States: the rule of force in world affairs**. Boston: South End Press, 2000.

_____. **A New Generation Draws the Line: Kosovo, East Timor and the Standards of the West**. New York: Verso, 2000.

_____. **The Umbrella of U.S. Power: the universal declaration of human rights and the contradictions of U.S. Policy**. New York: Seven Stories Press, 1999.

DIFFIE, Bailey W.; WINIUS, George D. **Foundations of the Portuguese Empire (1415-1580)**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985. 4ª ed.

EAST TIMOR: Remembering History. the trial of Xanana Gusmão and a follow-up on the Dili Massacre. New York: Human Rights Watch. 1993, v.5, n. 8.

GROENEVELDT, W. P. *Historical Notes on Indonesia and Malaya*. Jakarta: Bhatara, 1980

GUNN, Geoffrey. **East Timor ans the United Nations: The Case for Intervetion**. Lawrencaville: The Red Sea Press, 1997.

JARDINE, Matthew; PINTO, Constâncio. **East Timor's Unfinished Struggle: inside the timorese resistance**. Boston: South End Press, 1997.

JARDINE, Matthew. **East Timor: Genocide in Paradise**. Tucson: Odonian Press, 1995.

LOREN, Ryter. **News from nowhere: the unheard of massacre in East Timor**. Disponível em <<http://coombs.anu.edu.au/CoombsHome.html>>. Resgatado em 08.06.2000.

LUTZ Nancy Melissa. **Colonization, Decolonization and Integration: language policies in East Timor, Indonesia**. American Anthropological Asociation, Chicago, 1991.

Disponível em <http://www.ci.uc.pt/Timor/language.htm>. Resgatado em 05.07.2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Committee on information from non-self-governing territories**. Assembléia Geral, 15ª sessão, suplemento n. 15(A/4371), New York, 1960.

Disponível em <<http://www.un.org/peace/etimor/docs/UntaetDo.htm>>. Resgatado em 04.02.2001

PAZZINATO, Alceu Luiz; SENISE, Maria Helena Valente. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Editora Ática, 1998. 7ª ed.

RUAS, Henrique Barrilaro (coord.) **A Revolução das Flores: do 25 de Abril ao Governo Provisório**. Lisboa: Editorial Aster, 1976.

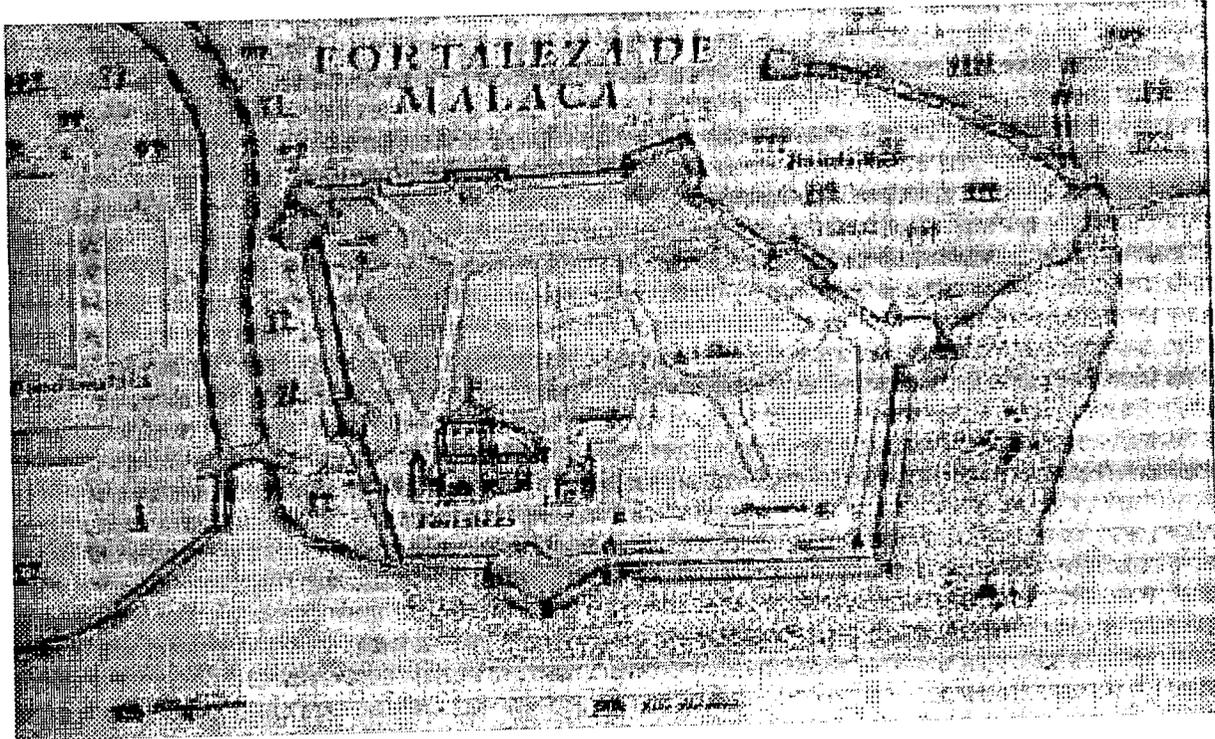
SPÍNOLA, Antônio. **Portugal e o Futuro**. Lisboa: Editorial Aster, 1975.

TAYLOR, John G. **East Timor: the price of freedom**. New York: Zed Books, 1999.

ANEXOS

ANEXO I

Mapa do Forte Português em Málaca da década de 1630.
Disponível em < <http://www.geocities.com/Athens/Styx/6497/malacca.html> >
(Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental.)



ANEXO II

Foto: Don Boaventura, Liurai Manufahi, o chefe nativo que liderou a Revolta de 1912.



ANEXO III

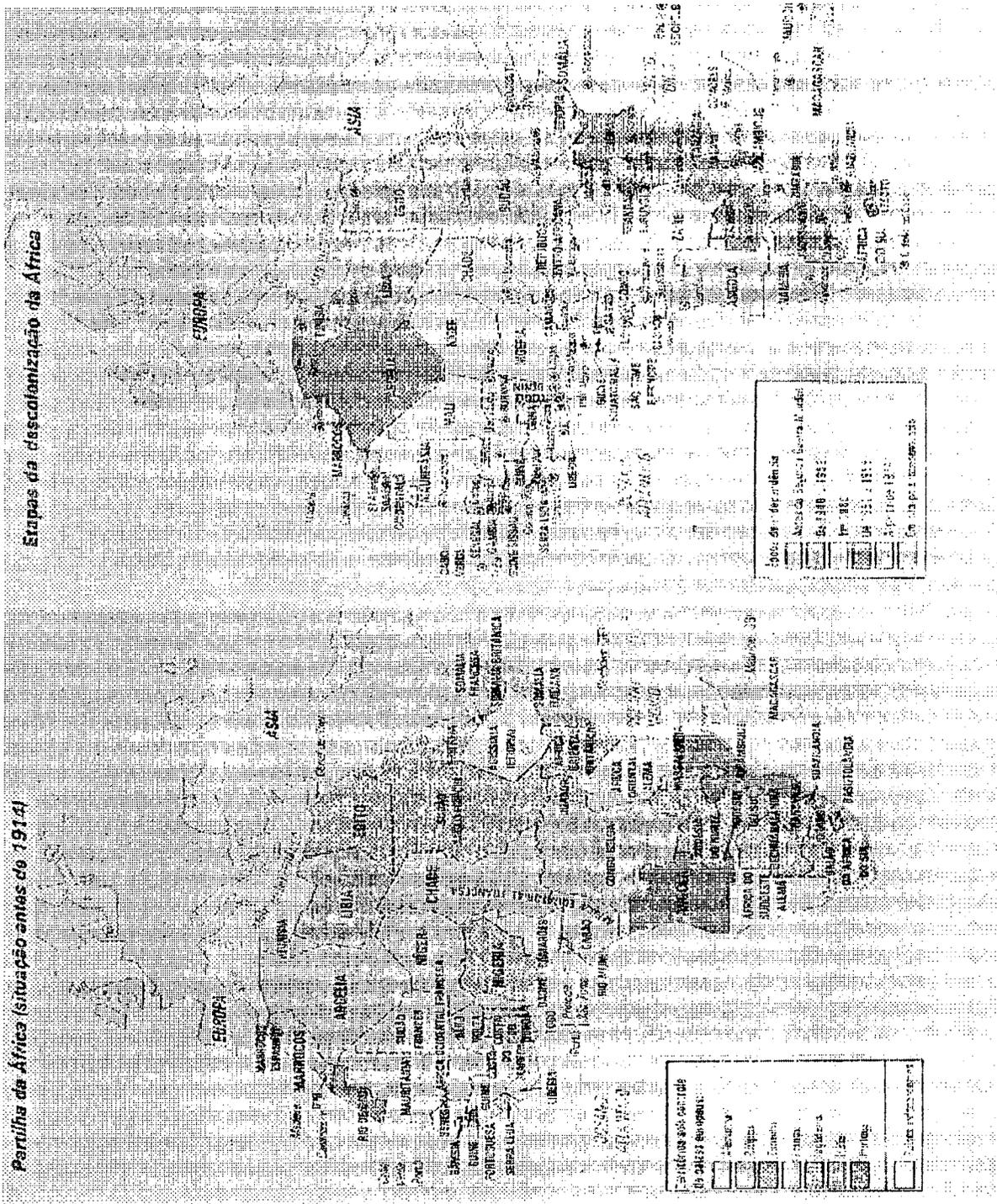
Foto: um dos guerreiros nativos de Don Boaventura.

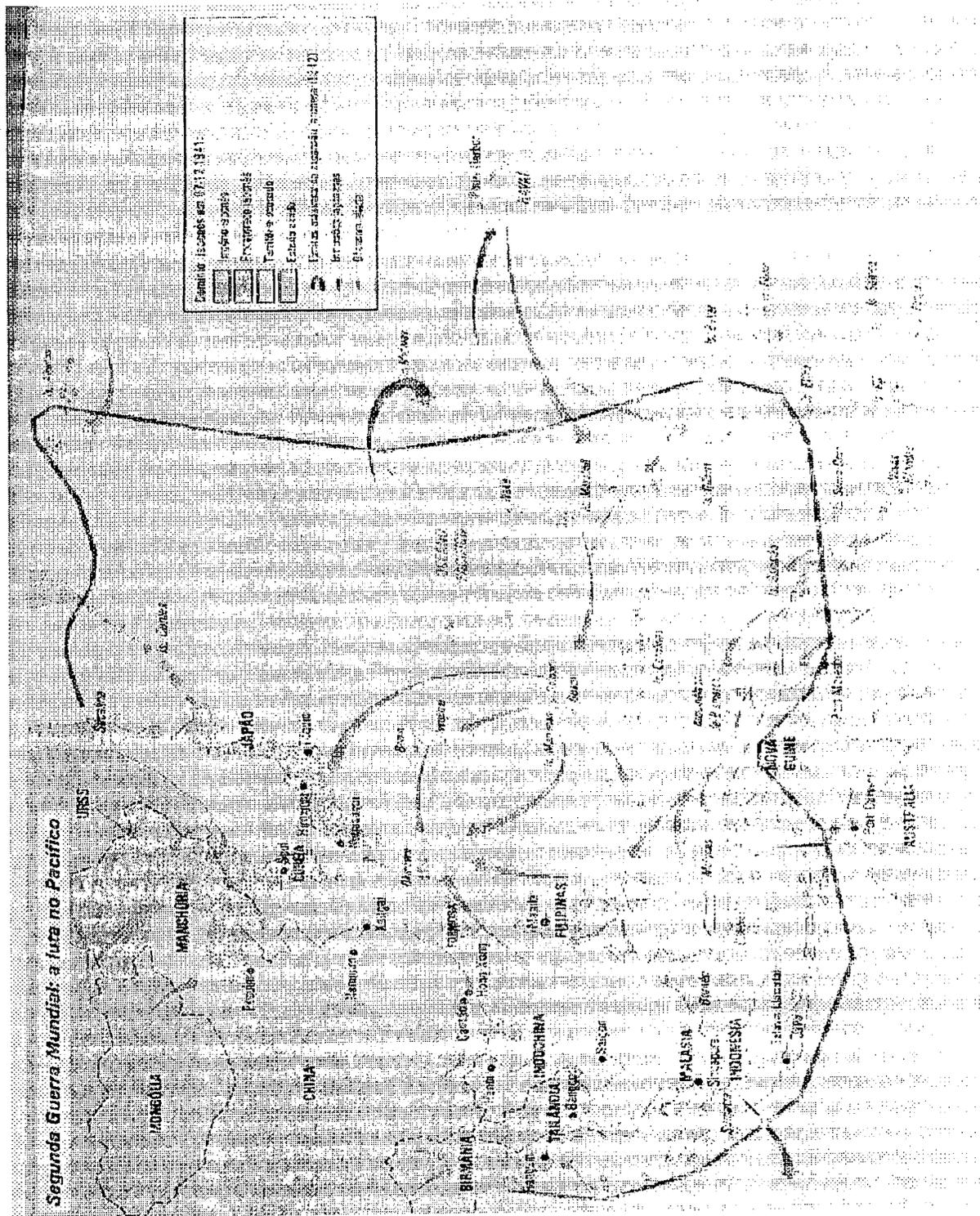


ANEXO IV

Foto: Nicolau dos Reis Lobato (líder da resistência morto em 1978) e Xanana Gusmão (de óculos, atrás).







ANEXO VI

O Japão conseguiu expandir suas fronteiras durante a Segunda Guerra até as demarcações da linha azul, envolvendo, inclusive, a ilha de Timor.

ANEXO VII

Resolução número 1514 (XV) da Assembléia Geral da ONU, em sua 15ª sessão, intitulada Declaração da garantia de independência aos países e povos coloniais.

66 General Assembly - Fifteenth Session
United Nations, New York, 1960
1960, 1961, 1962
1960, 1961, 1962
1960, 1961, 1962

should be admitted to membership in the United Nations.
Having considered the application for membership of the Republic of Mali;
Decides to admit the Republic of Mali to membership in the United Nations.
870th plenary meeting
28 September 1960

1492 (XV). Admission of the Federation of Nigeria to membership in the United Nations
The General Assembly,
Having received the recommendation of the Security Council of 7 October 1960 that the Federation of Nigeria should be admitted to membership in the United Nations;
Having considered the application for membership of the Federation of Nigeria;
Decides to admit the Federation of Nigeria to membership in the United Nations.
870th plenary meeting
7 September 1960

1495 (XV). Co-operation of Member States
The General Assembly,
Deeply concerned by the increase in world tensions,
Concerned that the deterioration in international relations constitutes a grave risk to world peace and cooperation,
Convinced that both in the General Assembly and in the world at large it is necessary to direct the trend in international relations and to contribute towards greater harmony among nations in respect of the differences in their political and economic systems,
1. Hopes that all countries, in accordance with the Charter of the United Nations, attain from a common basis to increase international relations,
2. Reaffirms the conviction that the strength of the United Nations rests on the cooperation of its Member States which should be forthcoming in full measure so that the Organization becomes a more effective instrument for the achievement of peace and for the promotion of the economic and social advancement of all peoples,
3. Urges States that immediate and constructive steps should be adopted to regard to the urgent problems concerning the peace of the world and the advancement of its peoples,
4. Appeals to all Member States to use their utmost endeavours to these ends.
870th plenary meeting
17 October 1960

1503 (XV). Report of the International Atomic Energy Agency
The General Assembly,
Takes note of the report of the International Atomic Energy Agency;
151st document A/1514
152nd document A/1515
153rd document A/1516
154th document A/1517
155th document A/1518
156th document A/1519
157th document A/1520
158th document A/1521
159th document A/1522
160th document A/1523
161st document A/1524
162nd document A/1525
163rd document A/1526
164th document A/1527
165th document A/1528
166th document A/1529
167th document A/1530
168th document A/1531
169th document A/1532
170th document A/1533
171st document A/1534
172nd document A/1535
173rd document A/1536
174th document A/1537
175th document A/1538
176th document A/1539
177th document A/1540
178th document A/1541
179th document A/1542
180th document A/1543
181st document A/1544
182nd document A/1545
183rd document A/1546
184th document A/1547
185th document A/1548
186th document A/1549
187th document A/1550
188th document A/1551
189th document A/1552
190th document A/1553
191st document A/1554
192nd document A/1555
193rd document A/1556
194th document A/1557
195th document A/1558
196th document A/1559
197th document A/1560
198th document A/1561
199th document A/1562
200th document A/1563
201st document A/1564
202nd document A/1565
203rd document A/1566
204th document A/1567
205th document A/1568
206th document A/1569
207th document A/1570
208th document A/1571
209th document A/1572
210th document A/1573
211st document A/1574
212th document A/1575
213th document A/1576
214th document A/1577
215th document A/1578
216th document A/1579
217th document A/1580
218th document A/1581
219th document A/1582
220th document A/1583
221st document A/1584
222nd document A/1585
223rd document A/1586
224th document A/1587
225th document A/1588
226th document A/1589
227th document A/1590
228th document A/1591
229th document A/1592
230th document A/1593
231st document A/1594
232nd document A/1595
233rd document A/1596
234th document A/1597
235th document A/1598
236th document A/1599
237th document A/1600
238th document A/1601
239th document A/1602
240th document A/1603
241st document A/1604
242nd document A/1605
243rd document A/1606
244th document A/1607
245th document A/1608
246th document A/1609
247th document A/1610
248th document A/1611
249th document A/1612
250th document A/1613
251st document A/1614
252nd document A/1615
253rd document A/1616
254th document A/1617
255th document A/1618
256th document A/1619
257th document A/1620
258th document A/1621
259th document A/1622
260th document A/1623
261st document A/1624
262nd document A/1625
263rd document A/1626
264th document A/1627
265th document A/1628
266th document A/1629
267th document A/1630
268th document A/1631
269th document A/1632
270th document A/1633
271st document A/1634
272nd document A/1635
273rd document A/1636
274th document A/1637
275th document A/1638
276th document A/1639
277th document A/1640
278th document A/1641
279th document A/1642
280th document A/1643
281st document A/1644
282nd document A/1645
283rd document A/1646
284th document A/1647
285th document A/1648
286th document A/1649
287th document A/1650
288th document A/1651
289th document A/1652
290th document A/1653
291st document A/1654
292nd document A/1655
293rd document A/1656
294th document A/1657
295th document A/1658
296th document A/1659
297th document A/1660
298th document A/1661
299th document A/1662
300th document A/1663
301st document A/1664
302nd document A/1665
303rd document A/1666
304th document A/1667
305th document A/1668
306th document A/1669
307th document A/1670
308th document A/1671
309th document A/1672
310th document A/1673
311st document A/1674
312th document A/1675
313th document A/1676
314th document A/1677
315th document A/1678
316th document A/1679
317th document A/1680
318th document A/1681
319th document A/1682
320th document A/1683
321st document A/1684
322nd document A/1685
323rd document A/1686
324th document A/1687
325th document A/1688
326th document A/1689
327th document A/1690
328th document A/1691
329th document A/1692
330th document A/1693
331st document A/1694
332nd document A/1695
333rd document A/1696
334th document A/1697
335th document A/1698
336th document A/1699
337th document A/1700
338th document A/1701
339th document A/1702
340th document A/1703
341st document A/1704
342nd document A/1705
343rd document A/1706
344th document A/1707
345th document A/1708
346th document A/1709
347th document A/1710
348th document A/1711
349th document A/1712
350th document A/1713
351st document A/1714
352nd document A/1715
353rd document A/1716
354th document A/1717
355th document A/1718
356th document A/1719
357th document A/1720
358th document A/1721
359th document A/1722
360th document A/1723
361st document A/1724
362nd document A/1725
363rd document A/1726
364th document A/1727
365th document A/1728
366th document A/1729
367th document A/1730
368th document A/1731
369th document A/1732
370th document A/1733
371st document A/1734
372nd document A/1735
373rd document A/1736
374th document A/1737
375th document A/1738
376th document A/1739
377th document A/1740
378th document A/1741
379th document A/1742
380th document A/1743
381st document A/1744
382nd document A/1745
383rd document A/1746
384th document A/1747
385th document A/1748
386th document A/1749
387th document A/1750
388th document A/1751
389th document A/1752
390th document A/1753
391st document A/1754
392nd document A/1755
393rd document A/1756
394th document A/1757
395th document A/1758
396th document A/1759
397th document A/1760
398th document A/1761
399th document A/1762
400th document A/1763
401st document A/1764
402nd document A/1765
403rd document A/1766
404th document A/1767
405th document A/1768
406th document A/1769
407th document A/1770
408th document A/1771
409th document A/1772
410th document A/1773
411st document A/1774
412th document A/1775
413th document A/1776
414th document A/1777
415th document A/1778
416th document A/1779
417th document A/1780
418th document A/1781
419th document A/1782
420th document A/1783
421st document A/1784
422nd document A/1785
423rd document A/1786
424th document A/1787
425th document A/1788
426th document A/1789
427th document A/1790
428th document A/1791
429th document A/1792
430th document A/1793
431st document A/1794
432nd document A/1795
433rd document A/1796
434th document A/1797
435th document A/1798
436th document A/1799
437th document A/1800
438th document A/1801
439th document A/1802
440th document A/1803
441st document A/1804
442nd document A/1805
443rd document A/1806
444th document A/1807
445th document A/1808
446th document A/1809
447th document A/1810
448th document A/1811
449th document A/1812
450th document A/1813
451st document A/1814
452nd document A/1815
453rd document A/1816
454th document A/1817
455th document A/1818
456th document A/1819
457th document A/1820
458th document A/1821
459th document A/1822
460th document A/1823
461st document A/1824
462nd document A/1825
463rd document A/1826
464th document A/1827
465th document A/1828
466th document A/1829
467th document A/1830
468th document A/1831
469th document A/1832
470th document A/1833
471st document A/1834
472nd document A/1835
473rd document A/1836
474th document A/1837
475th document A/1838
476th document A/1839
477th document A/1840
478th document A/1841
479th document A/1842
480th document A/1843
481st document A/1844
482nd document A/1845
483rd document A/1846
484th document A/1847
485th document A/1848
486th document A/1849
487th document A/1850
488th document A/1851
489th document A/1852
490th document A/1853
491st document A/1854
492nd document A/1855
493rd document A/1856
494th document A/1857
495th document A/1858
496th document A/1859
497th document A/1860
498th document A/1861
499th document A/1862
500th document A/1863
501st document A/1864
502nd document A/1865
503rd document A/1866
504th document A/1867
505th document A/1868
506th document A/1869
507th document A/1870
508th document A/1871
509th document A/1872
510th document A/1873
511st document A/1874
512th document A/1875
513th document A/1876
514th document A/1877
515th document A/1878
516th document A/1879
517th document A/1880
518th document A/1881
519th document A/1882
520th document A/1883
521st document A/1884
522nd document A/1885
523rd document A/1886
524th document A/1887
525th document A/1888
526th document A/1889
527th document A/1890
528th document A/1891
529th document A/1892
530th document A/1893
531st document A/1894
532nd document A/1895
533rd document A/1896
534th document A/1897
535th document A/1898
536th document A/1899
537th document A/1900
538th document A/1901
539th document A/1902
540th document A/1903
541st document A/1904
542nd document A/1905
543rd document A/1906
544th document A/1907
545th document A/1908
546th document A/1909
547th document A/1910
548th document A/1911
549th document A/1912
550th document A/1913
551st document A/1914
552nd document A/1915
553rd document A/1916
554th document A/1917
555th document A/1918
556th document A/1919
557th document A/1920
558th document A/1921
559th document A/1922
560th document A/1923
561st document A/1924
562nd document A/1925
563rd document A/1926
564th document A/1927
565th document A/1928
566th document A/1929
567th document A/1930
568th document A/1931
569th document A/1932
570th document A/1933
571st document A/1934
572nd document A/1935
573rd document A/1936
574th document A/1937
575th document A/1938
576th document A/1939
577th document A/1940
578th document A/1941
579th document A/1942
580th document A/1943
581st document A/1944
582nd document A/1945
583rd document A/1946
584th document A/1947
585th document A/1948
586th document A/1949
587th document A/1950
588th document A/1951
589th document A/1952
590th document A/1953
591st document A/1954
592nd document A/1955
593rd document A/1956
594th document A/1957
595th document A/1958
596th document A/1959
597th document A/1960
598th document A/1961
599th document A/1962
600th document A/1963
601st document A/1964
602nd document A/1965
603rd document A/1966
604th document A/1967
605th document A/1968
606th document A/1969
607th document A/1970
608th document A/1971
609th document A/1972
610th document A/1973
611st document A/1974
612th document A/1975
613th document A/1976
614th document A/1977
615th document A/1978
616th document A/1979
617th document A/1980
618th document A/1981
619th document A/1982
620th document A/1983
621st document A/1984
622nd document A/1985
623rd document A/1986
624th document A/1987
625th document A/1988
626th document A/1989
627th document A/1990
628th document A/1991
629th document A/1992
630th document A/1993
631st document A/1994
632nd document A/1995
633rd document A/1996
634th document A/1997
635th document A/1998
636th document A/1999
637th document A/2000
638th document A/2001
639th document A/2002
640th document A/2003
641st document A/2004
642nd document A/2005
643rd document A/2006
644th document A/2007
645th document A/2008
646th document A/2009
647th document A/2010
648th document A/2011
649th document A/2012
650th document A/2013
651st document A/2014
652nd document A/2015
653rd document A/2016
654th document A/2017
655th document A/2018
656th document A/2019
657th document A/2020
658th document A/2021
659th document A/2022
660th document A/2023
661st document A/2024
662nd document A/2025
663rd document A/2026
664th document A/2027
665th document A/2028
666th document A/2029
667th document A/2030
668th document A/2031
669th document A/2032
670th document A/2033
671st document A/2034
672nd document A/2035
673rd document A/2036
674th document A/2037
675th document A/2038
676th document A/2039
677th document A/2040
678th document A/2041
679th document A/2042
680th document A/2043
681st document A/2044
682nd document A/2045
683rd document A/2046
684th document A/2047
685th document A/2048
686th document A/2049
687th document A/2050
688th document A/2051
689th document A/2052
690th document A/2053
691st document A/2054
692nd document A/2055
693rd document A/2056
694th document A/2057
695th document A/2058
696th document A/2059
697th document A/2060
698th document A/2061
699th document A/2062
700th document A/2063
701st document A/2064
702nd document A/2065
703rd document A/2066
704th document A/2067
705th document A/2068
706th document A/2069
707th document A/2070
708th document A/2071
709th document A/2072
710th document A/2073
711st document A/2074
712th document A/2075
713th document A/2076
714th document A/2077
715th document A/2078
716th document A/2079
717th document A/2080
718th document A/2081
719th document A/2082
720th document A/2083
721st document A/2084
722nd document A/2085
723rd document A/2086
724th document A/2087
725th document A/2088
726th document A/2089
727th document A/2090
728th document A/2091
729th document A/2092
730th document A/2093
731st document A/2094
732nd document A/2095
733rd document A/2096
734th document A/2097
735th document A/2098
736th document A/2099
737th document A/2100
738th document A/2101
739th document A/2102
740th document A/2103
741st document A/2104
742nd document A/2105
743rd document A/2106
744th document A/2107
745th document A/2108
746th document A/2109
747th document A/2110
748th document A/2111
749th document A/2112
750th document A/2113
751st document A/2114
752nd document A/2115
753rd document A/2116
754th document A/2117
755th document A/2118
756th document A/2119
757th document A/2120
758th document A/2121
759th document A/2122
760th document A/2123
761st document A/2124
762nd document A/2125
763rd document A/2126
764th document A/2127
765th document A/2128
766th document A/2129
767th document A/2130
768th document A/2131
769th document A/2132
770th document A/2133
771st document A/2134
772nd document A/2135
773rd document A/2136
774th document A/2137
775th document A/2138
776th document A/2139
777th document A/2140
778th document A/2141
779th document A/2142
780th document A/2143
781st document A/2144
782nd document A/2145
783rd document A/2146
784th document A/2147
785th document A/2148
786th document A/2149
787th document A/2150
788th document A/2151
789th document A/2152
790th document A/2153
791st document A/2154
792nd document A/2155
793rd document A/2156
794th document A/2157
795th document A/2158
796th document A/2159
797th document A/2160
798th document A/2161
799th document A/2162
800th document A/2163
801st document A/2164
802nd document A/2165
803rd document A/2166
804th document A/2167
805th document A/2168
806th document A/2169
807th document A/2170
808th document A/2171
809th document A/2172
810th document A/2173
811st document A/2174
812th document A/2175
813th document A/2176
814th document A/2177
815th document A/2178
816th document A/2179
817th document A/2180
818th document A/2181
819th document A/2182
820th document A/2183
821st document A/2184
822nd document A/2185
823rd document A/2186
824th document A/2187
825th document A/2188
826th document A/2189
827th document A/2190
828th document A/2191
829th document A/2192
830th document A/2193
831st document A/2194
832nd document A/2195
833rd document A/2196
834th document A/2197
835th document A/2198
836th document A/2199
837th document A/2200
838th document A/2201
839th document A/2202
840th document A/2203
841st document A/2204
842nd document A/2205
843rd document A/2206
844th document A/2207
845th document A/2208
846th document A/2209
847th document A/2210
848th document A/2211
849th document A/2212
850th document A/2213
851st document A/2214
852nd document A/2215
853rd document A/2216
854th document A/2217
855th document A/2218
856th document A/2219
857th document A/2220
858th document A/2221
859th document A/2222
860th document A/2223
861st document A/2224
862nd document A/2225
863rd document A/2226
864th document A/2227
865th document A/2228
866th document A/2229
867th document A/2230
868th document A/2231
869th document A/2232
870th document A/2233
871st document A/2234
872nd document A/2235
873rd document A/2236
874th document A/2237
875th document A/2238
876th document A/2239
877th document A/2240
878th document A/2241
879th document A/2242
880th document A/2243
881st document A/2244
882nd document A/2245
883rd document A/2246
884th document A/2247
885th document A/2248
886th document A/2249
887th document A/2250
888th document A/2251
889th document A/2252
890th document A/2253
891st document A/2254
892nd document A/2255
893rd document A/2256
894th document A/2257
895th document A/2258
896th document A/2259
897th document A/2260
898th document A/2261
899th document A/2262
900th document A/2263
901st document A/2264
902nd document A/2265
903rd document A/2266
904th document A/2267
905th document A/2268
906th document A/2269
907th document A/2270
908th document A/2271
909th document A/2272
910th document A/2273
911st document A/2274
912th document A/2275
913th document A/2276
914th document A/2277
915th document A/2278
916th document A/2279
917th document A/2280
918th document A/2281
919th document A/2282
920th document A/2283
921st document A/2284
922nd document A/2285
923rd document A/2286
924th document A/2287
925th document A/2288
926th document A/2289
927th document A/2290
928th document A/2291
929th document A/2292
930th document A/2293
931st document A/2294
932nd document A/2295
933rd document A/2296
934th document A/2297
935th document A/2298
936th document A/2299
937th document A/2300
938th document A/2301
939th document A/2302
940th document A/2303
941st document A/2304
942nd document A/2305
943rd document A/2306
944th document A/2307
945th document A/2308
946th document A/2309
947th document A/2310
948th document A/2311
949th document A/2312
950th document A/2313
951st document A/2314
952nd document A/2315
953rd document A/2316
954th document A/2317
955th document A/2318
956th document A/2319
957th document A/2320
958th document A/2321
959th document A/2322
960th document A/2323
961st document A/2324
962nd document A/2325
963rd document A/2326
964th document A/2327
965th document A/2328
966th document A/2329
967th document A/2330
968th document A/2331
969th document A/2332
970th document A/2333
971st document A/2334
972nd document A/2335
973rd document A/2336
974th document A/2337
975th document A/2338
976th document A/2339
977th document A/2340
978th document A/2341
979th document A/2342
980th document A/2343
981st document A/2344
982nd document A/2345
983rd document A/2346
984th document A/2347
985th document A/2348
986th document A/2349
987th document A/2350
988th document A/2351
989th document A/2352
990th document A/2353
991st document A/2354
992nd document A/2355
993rd document A/2356
994th document A/2357
995th document A/2358
996th document A/2359
997th document A/2360
998th document A/2361
999th document A/2362
1000th document A/2363

1514 (XV). Report of the Security Council
The Security Council,
Takes note of the report of the Security Council to the General Assembly, dated 14 July 1960, and of the report of the Secretary-General, dated 14 July 1960, and of the report of the Secretary-General, dated 14 July 1960.
870th plenary meeting
28 September 1960

1514 (XV). Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples
The General Assembly,
Mindful of the determination proclaimed in the Charter of the United Nations that the peoples of the world in the Charter of the United Nations to render with an impartial human mind, in the dignity and spirit of the United Nations, in the equal rights of men and women and of a large and small and to promote peace, progress and better conditions of life in these regions,
Convinced of the need for the creation of conditions of stability and well-being, and for the adoption of policies based on respect for the principle of equal rights and self-determination of all peoples and of mutual respect for and co-operation of human rights and fundamental freedoms of all without distinction of race, sex, language or religion,
Recognizing the inalienable longing for freedom in all dependent peoples and the desire of all peoples to the attainment of their independence,
Convinced of the increasing conflicts resulting from the denial of independence in the way of the freedom of such peoples, which constitute a serious threat to world peace,
Mindful of the important role of the United Nations in securing the independence, in peace and stability, of such peoples,
Recognizing that the people of the world widely desire the end of colonialism in all its manifestations,
Convinced that the attainment of freedom of cooperation through the development of international economic cooperation, involves the social, cultural and economic development of dependent peoples, and further affirms the United Nations ideal of universal peace,
Affirming that peoples may, by their own freely chosen action, bring

Resolutions adopted without reference to a Commission

Convinced that all peoples have an inalienable right to complete freedom, the exercise of their sovereignty and the integrity of their national territory.

Solemnly proclaims the necessity of bringing to a speedy and unconditional end colonialism in all its forms and manifestations.

And in this end

Declares that:

1. The subjection of peoples to alien colonial domination and exploitation constitutes a denial of fundamental human rights, is contrary to the Charter of the United Nations and is an impediment to the promotion of world peace and cooperation.

2. All peoples have the right to self-determination, by virtue of that right they freely determine their political status and freely pursue their economic, social and cultural development.

3. Inadequacy of political, economic, social or educational preparation should never serve as a pretext for delaying independence.

4. All armed actions or repressive measures of all kinds directed against dependent peoples shall cease in order to enable them to exercise peacefully and freely their right to complete independence, and the integrity of their national territory shall be respected.

5. Immediate steps shall be taken in Trust and Non-Self-Governing Territories or all other territories which have not yet attained independence, to transfer all powers to the peoples of those territories, without any conditions or reservations, in accordance with their freely expressed will and desire, without

any alteration in their status, in order to enable them to exercise complete independence and freedom.

6. Any attempt aimed at the partial or total disruption of the national unity and the territorial integrity of a country is incompatible with the purposes and principles of the Charter of the United Nations.

7. All States shall observe faithfully and strictly the provisions of the Charter of the United Nations, the Universal Declaration of Human Rights and the principles of international law, in order to promote in the world the observance of all these and respect for the sovereign rights of all peoples and their territorial integrity.

197th plenary meeting
12 December 1960

1922 (XXV). The situation in the Republic of the Congo

The General Assembly,
Having noted the report of the Secretary-General on the Republic of the Congo;

Reaffirms that the peaceful resolution of the Security Council is the only way of settling the dispute and will be effected;

Decides to keep this item on the agenda of its resumed 1922nd through 1924th sessions.

191th plenary meeting
10 December 1960

Note

Appointment of the Peace Observers Commission (Item 19)

At its 1921st plenary meeting on 20 December 1960, the General Assembly decided to reappoint, for the period 1961 and 1962, the peace observers of the Peace Observers Commission. The Commission in this year comprised the following: Chile, Czechoslovakia, Ecuador, Ethiopia, India, Iraq, Jordan, Mexico, New Zealand, Pakistan, Romania, Thailand, United Arab Emirates, United States of America, USSR, Yugoslavia, and the Secretary-General.

represented citizens of the people. They shall not provide compensation as appropriate or otherwise under the title of the law or official salary.

Article 25

Integration with an independent State shall be on the basis of complete equality between the peoples of the respective States. Self-determining territories shall have the right to freely associate with any State. The peoples of these territories shall have equal rights and duties of self-determination and of free association with any State and of free association with any State and of free association with any State.

Article 26

Integration should have regard to the following principles:

(a) The integration process should have attained an advanced stage of self-determination with the consent of the people of the territory and the people of the receiving State through informed and democratic processes.

(b) The integration should be the result of the freely expressed wishes of the territory's people, fully informed of the change in their status, their wishes having been expressed through democratic and democratic processes. The United Nations should, when it deems it appropriate, supervise these processes.

Article 27

The transmission of information to the General Assembly concerning Territories under Article 23 of the Charter is subject to such limitations as security and confidentiality require, those limitations being the least restrictive that will permit the transmission of information. The transmission of information under Article 23 of the Charter shall be subject to the provisions of paragraphs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100.

Article 28

The only transmission of information to which Article 23 of the Charter refers are those arising from constitutional relations of an advisory with the Administrative Council. They refer to a situation in which the constitution of the territory gives it full powers in economic, social and educational matters through freely elected institutions. It is the responsibility of the transmitting information under Article 23 of the Charter, unless those constitutional relations are the Government of Portugal of the Administrative Council for assisting material and other information of a technical nature relating to economic, social and educational conditions in the territory.

Article 29

Security considerations have not been reached in the past. Only in very exceptional circumstances can information on economic, social and educational conditions in any territory be transmitted to other Governments. There should be no necessity to limit the transmission of information on security grounds.

1562 (XV). Transmission of information under Article 23 c of the Charter

The General Assembly

Recalling that, by resolution 2167 (LII) of 27 November 1958, the General Assembly approved a list of factors to be used as a guide in determining whether a Territory is or is no longer under the regime of Chapter XI of the Charter of the United Nations,

Considering that differences of views arose among Member States concerning the status of certain Territories under the provisions of Chapter XI of the Charter and described by those States as 'overseas territories of the United Nations' and that, in view of the resolution adopted by the General Assembly by resolution 1562 (XV) of 21 November 1958, regarding the special status of certain Territories and of the fact that, under Article 23 of the Charter to which the provisions which should have been included in the Charter, it is the duty of the transmitting information under Article 23 of the Charter to be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

Recognizing that the desire for independence is an important factor in the determination of the status of a Territory and that the denial of their right to self-determination constitutes a threat to the stability of the Territory in question,

Desiring with satisfaction the completion of the work initiated by the Administrative Council of the Territory of Spanish Sahara and the Administrative Council of the Territory of Spanish Sahara and the Administrative Council of the Territory of Spanish Sahara,

Requesting the transmitting information under Article 23 of the Charter

To be transmitted information on the territories under its administration which are mentioned in Article 23 of the Charter and which are mentioned in the list of Territories under its administration in the Annex to the report of the Secretary-General on the work of the Organization for the year 1960, and to be transmitted information on the territories under its administration which are mentioned in Article 23 of the Charter and which are mentioned in the list of Territories under its administration in the Annex to the report of the Secretary-General on the work of the Organization for the year 1960,

1. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter and that, in view of the fact that, under Article 23 of the Charter, it is the duty of the transmitting information under Article 23 of the Charter to be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

2. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

3. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

4. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

5. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

6. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

7. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

8. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

9. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

10. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

11. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

12. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

13. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

14. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

15. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

16. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

17. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

18. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

19. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

20. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

21. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

22. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

23. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

24. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

25. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

26. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

27. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

28. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

29. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

30. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

31. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

32. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

33. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

34. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

35. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

36. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

37. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

38. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

39. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

40. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

41. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

42. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

43. Requests that, within the limits of the provisions of Chapter XI of the Charter, the transmitting information under Article 23 of the Charter should be subject to the provisions of Chapter XI of the Charter,

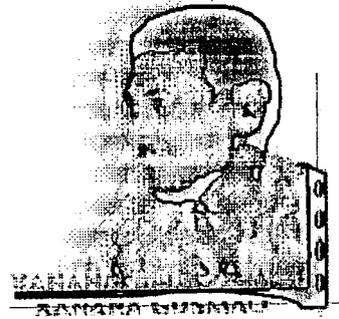
ANEXO IX

DADOS BIOGRÁFICOS DOS LÍDERES DA RESISTÊNCIA

Disponível em (Inglês) <http://www.easttimor.com>

XANANA GUSMÃO

José Alexandre Gusmão, codinome Kay Ray Xanana Gusmão, nasceu em 20/06/1946 em Manauto, Timor Leste. Foi criado no interior com um irmão e cinco irmãs. Seu pai era professor. Completou o primário e deu prosseguimento aos seus estudos na missão católica de Nossa Senhora de Fátima em Dare, depois foi para Dili. Começou a trabalhar muito cedo e, em 1974, entrou para o jornal "A Voz de Timor". Aderiu ao FRETILIN neste mesmo ano e depois se tornou chefe do Departamento de Informação.



Depois da invasão indonésia de 07/12/1975 e a morte do líder da resistência Nicolau Lobato em 1978, Xanana passou para a liderança da reorganização do movimento. Em Março de 1981, foi eleito o Chefe em comando do FALINTIL.

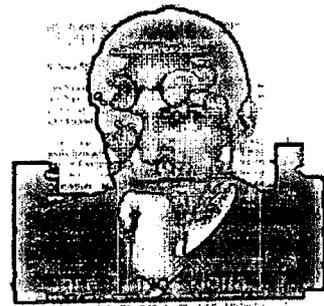
Um ano depois do Massacre de Santa Cruz, Xanana foi capturado em 20 de Novembro de 1992 pelas forças armadas indonésias e foi preso em Jakarta. Ele só foi liberado em 3 de Setembro de 1999, recebendo asilo da Embaixada Britânica.

Para o povo de Timor Leste, Xanana é a representação da própria luta pela liberdade, a pessoa-chave no processo de negociações políticas e de paz durante o conflito (e ainda hoje). Sua dedicação lhe deu o reconhecimento na mídia internacional como o "Mandela de Timor".

JOSÉ RAMOS-HORTA

Nasceu em 26/12/1949 em Dili, Timor Leste, filho de mãe timorense e pai português (exilado para Timor durante a ditadura de Salazar). Foi educado em uma missão católica na vila de Soibada. Dos seus onze irmãos e irmãs, quatro foram mortos pelas forças indonésias.

Foi muito ativo no desenvolvimento da consciência política em Timor Leste que levou-o a ser exilado por dois anos (1970-1971) em Moçambique. Ao retornar à ilha, foi enviado pelos partidos pró-independência para representar o Timor Leste internacionalmente. Ele saiu do território apenas três dias antes da invasão.



Ele foi o representante permanente do FRETILIN nas Nações Unidas e suas experiências diplomáticas estão contadas no livro *Funu: the Unfinished Saga of East Timor* (Red Sea Press, New York, 1987).

Depois de receber inúmeros prêmios pelo seu trabalho em Direitos Humanos, Ramos-Horta dividiu o Prêmio Nobel da Paz com o seu conterrâneo Bispo Belo. O Comitê do Prêmio Nobel escolheu estes dois laureados.

Treinado como jornalista, passou anos intermitentes praticando esta profissão, incluindo um período entre 1987 e 1988 como Relações Públicas e Diretor de Mídia na Embaixada de Moçambique em Washington D. C. Também estudou Direito Internacional Público na *Hague Academy of International Law* (1983) e na Antioch University onde completou o mestrado em Estudos de Paz (1984). Foi treinado também em Leis Humanitárias no *International Institute of Human Rights* em Strasbourg, França. Fez também pós-graduação em Política Exterior Americana na *Columbia University*.

É casado com Ana Pessoa, uma juíza timorense que mora em Moçambique com o filho do casal.

BISPO BELO

Carlos Filipe Ximenes Belo (nascido em 1948), é o quinto filho de Domingos Vaz e Ermelinda Baptista Filipe, nasceu na vila de Wailakama, na costa norte de Timor no dia 03/02. Seu pai, um professor, morreu dois anos depois. Sua infância foi nas escolas católicas de Bacau e Ossu.

De 1969 até 1981, sem contar com os períodos de prática (1974-1976), durante os quais permaneceu em Timor, estava em Portugal e Roma, onde se tornou um monge Salesiano. Estudou Filosofia e Teologia antes de se ordenar padre em 1980.

Ao retornar para Timor Leste em Julho de 1981, ficou sendo professor por 20 meses e depois Diretor no Colégio Salesiano de Fatumaca. Com a resignação de Martinho da Costa Lopes em 1983, Belo foi apontado como Administrador Apostólico da Diocese de Dili, se tornando o chefe da Igreja timorense, sendo ainda nomeado Bispo em 1988. O Bispo Belo foi um dos grandes responsáveis pela propagação internacional das violações dos Direitos Humanos em Timor Leste. Seu trabalho corajoso em nome dos timorenses e na procura da paz e reconciliação internacional foram publicamente reconhecidos quando ele foi premiado com o Nobel da Paz em conjunto com Ramos-Horta.

